

Arredondar troco no supermercado soma R\$ 2 milhões em microdoações

O ato de completar centavos ao pagar a conta em supermercados chegou neste ano a R\$ 2 milhões arrecadados pelo Movimento Arredondar. O troco doado beneficiou pelo menos 100 mil pessoas atendidas por organizações sociais.

Na parceria com o Instituto GPA, as doações feitas no caixa de uma das 273 unidades de Pão de Açúcar, Mini Pão de Açúcar, Mercado Extra e Mini Extra vão para entidades que atuam com educação, sustentabilidade e alimentação em 39 cidades brasileiras.

A parceria com o Instituto GPA nasceu em 2016, mesmo ano em que o Movimento Arredondar venceu o Prêmio Empreendedor Social de Futuro. Em seis anos, 1,9 milhão de atos de doação foram realizados nesses supermercados.

A abrangência da ação

exigiu desenvolver uma estratégia para treinamentos em larga escala, considerando a rotatividade de pessoas e as especificidades regionais.

“Conectamos uma rede gigantesca de pessoas que transformam realidades, coletivamente, e atingimos nosso propósito quando ouvimos que não é só mais uma pergunta oferecida ao cliente no caixa”, diz Ari Weinfeld, fundador e presidente do conselho do Movimento Arredondar.

A pesquisa “Varejo com Causa”, feita em 2021 por Editora MOL, Movimento Arredondar e Cause, mostrou que supermercados estão entre os maiores articuladores de doações no caixa (52%), superados somente por drogarias (78%). Foram 278 empresas mapeadas na ocasião.

“Para o consumidor, pode ser um valor pequeno e que não afeta tanto no dia a dia”, diz Renata Amaral, gerente

do Instituto GPA. “Mas quando vemos o resultado de anos de trabalho e esforço coletivo, o impacto que as doações têm fica bastante evidente.”

Os R\$ 2 milhões arrecadados foram destinados a entidades como Associação Prato Cheio, ONG Banco de Alimentos, Cren e Projeto Uerê, na parceria com o Pão de Açúcar e o Minuto.

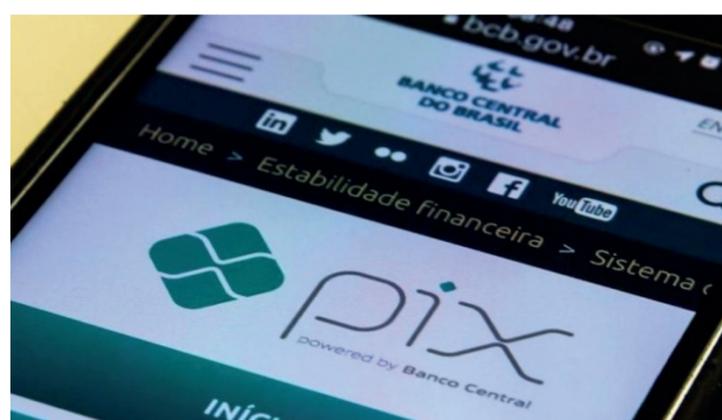
Já as doações feitas no Mini Extra foram para Arrastão Movimento de Promoção Humana, a Oca - Associação da Aldeia de Carapicuíba e o Projeto Quixote.

Além dos supermercados do GPA, é possível participar e fazer microdoações nas lanchonetes do Burger King, nas lojas Petz, Havaianas, Malwee, no Empório Santa Maria, entre outros estabelecimentos.

Folhapress



Economia



Modalidades saque e troco do Pix movimentaram R\$ 122,1 milhões

Página - 03

Política

Lula insinua interesse eleitoral de Bolsonaro por contato com família de petista assassinado

Página - 04

Roteiro de Bolsonaro sobre crime em Foz inclui discurso dúbio e ofensiva por imagem

Página - 04

Vendas no varejo crescem 0,1% em maio, diz IBGE

Página - 03



Na Nextron, usinas solares para esquentar o retorno do investidor

Pág - 05

O Mercado faz a feira nas startups

Pág - 05



No Mundo

Piloto iniciante pouso avião em rodovia nos EUA após falha no motor



Um piloto com pouca experiência de voo precisou fazer um pouso de emergência em uma rodovia nos Estados Unidos, depois que a aeronave apresentou falhas no motor. A manobra, no condado de Swain, na Carolina do Norte, foi bem-sucedida e não deixou feridos.

Vincent Fraser, 31, passava com o sogro quando, de repente, o motor do avião começou a perder potência até parar completamente em cima de um parque nacional. “Foi quando percebi que havia algo seriamente errado”, disse o piloto ao jornal americano The Washington Post.

Eles estavam a 5.500 pés acima do nível do mar, planando sobre montanhas e bosques. Mas Fraser, que tem apenas cem horas de experiência de voo, não entrou em pânico. Em vez disso, ele examinou a lista de verificação de emergência e reiniciou o motor, que não retomou a força total.

Fraser, então, disse que eles precisavam encontrar um lugar para pousar. O sogro, incrédulo, riu e pensou que se tratava de uma brincadeira. Em menos de dois minutos e meio, apesar do susto, a aeronave foi levada com sucesso ao asfalto sem que ninguém se ferisse.

O voo aconteceu no dia 3 de julho. Toda a ação foi registrada e divulgada nas redes sociais. No vídeo, é possível ver a aeronave sobrevoando carros e também passando perto de fios de alta tensão antes de parar completamente. Mais tarde, Fraser soube que o combustível de uma das asas parou de fluir para o motor, o que causou a falha.

“Que trabalho excelente e sem ferimentos”, afirmou o xerife do condado de Swain, Curtis Cochran. “Havia tantas coisas que poderiam ter sido catastróficas, mas não aconteceram.”

Folhapress

Peixe estranho associado a lenda de atrair tsunamis é capturado no Chile

Um peixe estranho de seis metros que os populares associam à crença da chegada de tsunamis, terremoto ou ciclone foi capturado na costa de Arica, no Chile, segundo o La Nación. O animal, chamado de peixe-remo, é incomum na região.

Segundo o IFOP (Instituto de Desenvolvimento Pesqueiro), o animal pertence a uma classe de peixes com ossos grandes e costumam viver entre 200 a 500 metros de profundidade, mas já foram encontrados a 1000 metros.

O pesquisador do IFOP Gonzalo Muñoz disse ao Emol que esses peixes têm bocas salientes e pequenas, barbatana dorsal avermelhada e uma pele viscosa de cor prateada sem escamas.

Segundo o La Nación, o peixe está associado a uma lenda popular japonesa que diz que ele vivia nas profundezas de uma ilha no Japão e quando subia a superfície causava terremotos. Ele também era chamado de “mensageiro” do palácio do deus do mar.

Folhapress



Exportações na China ganham velocidade, mas riscos globais preocupam



As exportações da China cresceram, em junho, no ritmo mais rápido registrado em cinco meses, uma vez que as fábricas se recuperaram após a suspensão dos lockdowns contra a covid-19. Mas uma desaceleração nas importações, novos surtos de vírus e a piora do cenário global apontam para um caminho acidentado para a economia chinesa.

Analistas dizem que a recuperação das exportações reflete o abrandamento das interrupções da cadeia de abastecimento e do congestionamento dos portos que afetaram a economia na primavera, quando o governo implementou lockdowns ge-

neralizados.

Segundo dados oficiais da alfândega, as exportações, em junho, aumentaram 17,9% em relação ao ano anterior, o crescimento mais rápido desde janeiro, em comparação a um ganho de 16,9% visto em maio e muito acima da expectativa de aumento de 12%.

“Este salto reflete a flexibilização das interrupções na cadeia de suprimentos que resultam de lockdowns e, o mais importante, menos gargalos nos portos”, disse Julian Evans-Pritchard, economista sênior da China na Capital Economics.

As exportações de automóveis contribuíram para o crescimento robusto. A China exportou 248 mil veículos em

junho, 30,5% a mais do que no mesmo período do ano anterior.

Entretanto, os economistas dizem que a força das exportações provavelmente desaparecerá conforme o aumento das taxas de juros globais para conter a inflação começar a afetar a demanda e o crescimento econômico.

A ameaça de novas restrições contra a pandemia também paira sobre as empresas e as famílias, enquanto a guerra da Ucrânia colocou uma pressão renovada sobre as cadeias de abastecimento mundiais e elevou os custos operacionais dos exportadores.

Stella Qiu, Ellen Zhang e Ryan Woo/Reuters

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Modalidades saque e troco do Pix movimentaram R\$ 122,1 milhões



Em quase oito meses de existência, as modalidades Pix Saque e Pix Troco movimentaram R\$ 112,1 milhões, divulgou o Banco Central (BC). O órgão passou a apresentar estatísticas mensais de uso dessas funcionalidades do Pix após o fim da greve de seus servidores que durou três meses.

A utilização desse meio de pagamento vem aumentando mês a mês, desde o lançamento, no fim de novembro do ano passado. Em dezembro, primeiro mês da série histórica, os correntistas retiraram R\$ 442,13 mil por meio do Pix Saque e R\$ 26,21 mil por meio do Pix Troco. Em junho, os montantes saltaram para R\$ 31,03 milhões pelo Pix Saque e

para R\$ 321,5 mil pelo Pix Troco.

O aumento também pode ser notado pelo número de transações. Em dezembro, foram feitas 3.588 retiradas pelo Pix Saque e apenas 293 pelo Pix Troco. Em junho, o número subiu para 223.423 operações pelo Pix Saque e 2.693 pelo Pix Troco.

Apesar da evolução, as duas modalidades ainda são pouco utilizadas em comparação ao volume total de transferências via Pix. Em junho, o sistema de pagamento instantâneo movimentou R\$ 772,735 bilhões, em 1,634 bilhão de transações. Desde a criação do Pix, em novembro de 2020, R\$ 17,537 trilhões foram movimentados nessa modalidade de transferência.

Histórico:

As duas ferramentas foram lançadas em 29 de novembro de 2021. Essas modalidades permitem o saque em espécie e a obtenção de troco em estabelecimentos comerciais e outros lugares de circulação pública.

No Pix Saque, o cliente pode fazer saques em qualquer ponto que ofertar o serviço, como comércios e caixas eletrônicos, tanto em terminais compartilhados como da própria instituição financeira. Nessa modalidade, o correntista aponta a câmera do celular para um código QR (versão avançada do código de barras), faz um Pix para o estabelecimento ou para a instituição financeira e retira o dinheiro na boca do caixa.

Wellton Máximo/ABR

Indústria investe em bateria de celular com mais tempo de duração

Entre os lançamentos da Eletrolar, evento anual do setor de eletroeletrônicos e eletrodomésticos realizado nesta semana, o mercado de baterias de celular mostrou esforços para aumentar o tempo de duração dos produtos.

A TCL, que apresentou três telefones com bateria de longa duração, promete carga superior a um dia inteiro de uso.

O Grupo Fujioka destacou o Galaxy S22 Ultra 5G da Samsung, versão que, segundo a empresa, carrega metade da capacidade em 20 minutos.

Tendência semelhante apareceu no carregador portátil, que permite até oito cargas completas de smartphone.

O Power Delivery abastece 50% da bateria em 30 minutos e permite carregar até três dispositivos simultaneamente, segundo a empresa.

No mercado de carregamento de celular, a startup Hyupp Recarga Rápida, que oferece aluguel de baterias portáteis para smartphones em locais públicos como bares, hospitais e estações de metrô, diz que o negócio tem registrado crescimento mensal de 30% desde que começou a operar, em 2020.

Com 170 máquinas instaladas em quatro estados atualmente, a meta da empresa é chegar ao fim do ano com 500 equipamentos em que o cliente retira e leva a bateria, por meio do app, pagando por hora ou diária.

Joana Cunha/Folhapress



Vendas no varejo crescem 0,1% em maio, diz IBGE



O volume de vendas no comércio varejista teve variação positiva de 0,1% na passagem de abril para maio. Esta foi a quinta alta consecutiva do indicador. Apesar disso, o ritmo de crescimento vem caindo desde janeiro, quando houve um aumento de 2,3% no volume.

Em fevereiro e março, as taxas chegaram a 1,4%, enquanto em abril, o setor cresceu 0,8%. Os dados são da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na média móvel trimestral, o comércio varejista teve alta de 0,7%. No acumulado do ano, o setor cresceu 1,8%.

Por outro lado, houve

queda de 0,2% na comparação com maio de 2021 e de 0,4% no acumulado de 12 meses.

Na passagem de abril para maio, seis das oito atividades do varejo tiveram alta: livros, jornais, revistas e papelaria (5,5%), artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (3,6%), tecidos, vestuário e calçados (3,5%), combustíveis e lubrificantes (2,1%), equipamentos e material para escritório, informática e comunicação (2%) e hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (1%).

Dois atividades tiveram queda: outros artigos de uso pessoal e doméstico (-2,2%) e móveis e eletrodomésticos (-3%).

A receita nominal cresceu 0,4% de abril para maio, 2,8% na média móvel trimestral, 17% na comparação com maio de 2021, 16,8% no acumulado do ano e de 13,6% no acumulado de 12 meses.

Varejo ampliado

O varejo ampliado, que também inclui materiais de construção e veículos, teve crescimento de 0,2% de abril para maio. Os veículos, motos, partes e peças tiveram queda de 0,2%, já os materiais de construção recuaram 1,1%.

O segmento do varejo ampliado teve queda de 0,7% na comparação com maio de 2021. Foram registradas altas de 1% no acumulado do ano e de 0,3% no acumulado de 12 meses.

Vitor Abdala/ABR

Política

Lula insinua interesse eleitoral de Bolsonaro por contato com família de petista assassinado



O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) insinuou que o contato do presidente Jair Bolsonaro (PL) com familiares do petista assassinado por um bolsonarista em Foz do Iguaçu (PR) foi motivado por interesse eleitoral.

Em evento em Brasília, Lula também responsabilizou Bolsonaro pelos brasileiros mortos por coronavírus, disse que o presidente nunca demonstrou empatia por essas famílias e insinuou que isso acontece agora em razão do período eleitoral.

“Ele nunca se preocupou em visitar uma criança órfã, uma viúva que perdeu um marido, um marido que perdeu a mulher, ninguém”, disse o petista.

Lula lembrou os diversos casos de violência registrados na corrida eleitoral até agora -algo inédito, segundo ele-, e pediu que seus apoiadores evitem cair em provocações e entrar em brigas.

“Esse homem [Bolsonaro] se afastou do planeta Terra e está habitando um planeta onde a humanidade não existe, onde existe o ódio”, afirmou.

“Eu acho que a sociedade brasileira começa a perceber o que está em jogo”, continuou. “Nós não temos que aceitar provocações, se alguém provocar, iremos morder o próprio rabo e ir para casa cuidar da família.”

Bolsonaro falou por vídeo com dois irmãos do petista assassinado: José e Luiz de Arruda. A ligação foi feita

pelo deputado bolsonarista Otoni de Paula (MDB-RJ), que esteve na casa de um dos irmãos de Marcelo, com o aval de Bolsonaro, para intermediar a conversa.

O presidente convidou uma parte da família de Marcelo, alinhada ao bolsonarismo, para visitar o Palácio do Planalto na próxima quinta-feira (14) e participar de uma entrevista coletiva.

“A possível vinda de vocês a Brasília, se concordarem, qual é a ideia? É ter uma coletiva de imprensa para falar o que aconteceu. Até para [evitar] ataques ao seu irmão. Não é a direita, a esquerda. Esse cara [que o assassinou], pelo que tudo leva a crer, é um desequilibrado”, disse Bolsonaro.

João G; Ranier B. e ThaiSa O./Folhapress

Roteiro de Bolsonaro sobre crime em Foz inclui discurso dúbio e ofensiva por imagem



O roteiro do presidente Jair Bolsonaro (PL) desde o assassinato de um militante petista por um bolsonarista no último final de semana inclui discurso dúbio sobre o crime, ataques à esquerda e, por último, uma ofensiva por sua imagem.

O atual presidente é candidato à reeleição e aparece em segundo lugar nas pesquisas, distante do líder e ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nas projeções de segundo turno.

O militante petista e guarda municipal Marcelo Arruda, 50, foi assassinado por um militante bolsonarista no último sábado, em Foz do Iguaçu (PR). O policial penal Jorge José da Rocha Guara-

PSDB fará contribuição ‘simbólica’ do fundo eleitoral à campanha de Simone Tebet

Em reunião de sua Executiva na semana passada, o PSDB decidiu fazer uma contribuição financeira “simbólica” à campanha presidencial da senadora Simone Tebet (MDB).

Destinará “até” 2,5% de seu fundo eleitoral para o esforço de eleger a emedebista, ou cerca de R\$ 8 milhões no máximo.

Em comparação, campanhas de tucanos para governos estaduais e Senado receberão 40%, enquanto 57,5%

do fundo de R\$ 320 milhões irrigará as de deputados. O PSDB deverá em breve indicar o candidato a vice na chapa de Tebet.

O PSDB vem discretamente pressionando o MDB a obrigar seu diretório gaúcho a apoiar a candidatura ao governo de Eduardo Leite.

Uma decisão em favor de candidatura própria pode comprometer o engajamento tucano na campanha de Simone Tebet (MDB).

Fábio Zanini/Folhapress



nho invadiu a festa de Marcelo, que comemorava seus 50 anos com uma celebração decorada com motivos petistas.

Segundo testemunhas, Jorge invadiu o local gritando palavras de ordem a favor de Bolsonaro e contra o PT e Lula. A principal linha de investigação da polícia aponta para crime por motivação política já que, segundo as informações atualizadas, Jorge e Marcelo não se conheciam. O PT fala em crime de ódio.

O atirador Jorge, que está internado após também ser baleado por Arruda, se define como conservador e cristão. Ele usa as redes sociais principalmente para defender Bolsonaro, se diz contra o aborto e as drogas e considera arma sinônimo de defesa.

Em junho de 2021, ele aparece sorrindo em uma foto ao lado do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP), filho do mandatário. “Vamos fortalecer a direita”, escreveu numa corrente da “#DireitaForte” para impulsionar perfis de conservadores com poucos seguidores.

Sua última postagem antes do crime é um retuíte de uma publicação do ex-presidente da Fundação Cultural Palmares Sérgio Camargo, dizendo: “Não podemos permitir que bandidos travestidos de políticos retornem ao poder no Brasil. A responsabilidade é de cada um de nós”.

Folhapress

Na Nextron, usinas solares para esquentar o retorno do investidor



Depois de lançar uma plataforma para distribuir créditos de energia solar por assinatura no varejo, a startup Nextron quer esquentar a carteira dos investidores com uma classe de ativos que promete até o dobro de rentabilidade das fazendas solares que comercializam a energia com grandes companhias – são aquelas que compartilham a energia com o consumidor individual.

Menos de dois meses após levantar US\$ 2,3 milhões em uma rodada que contou com a participação das gestoras Valor Capital e Barn, a companhia acaba de lançar o Nextron Connect, plataforma dedicada aos geradores de energia e investidores interessados em ener-

gias renováveis.

Pela plataforma, os interessados podem simular a rentabilidade dos investimentos em novas fazendas solares que se pluguem ao ecossistema da Nextron, fornecendo a energia para os clientes da startup no varejos (usualmente, consumidores residenciais que contrataram o serviço por assinatura para conseguir um desconto de 10% a 20% na tarifa de energia elétrica).

“Sem uma plataforma como a nossa, o investidor vai demorar para preencher a capacidade da usina na geração distribuída no varejo”, diz Ivo O. Pitanguy, que fundou a Nextron ao lado de Roberto G. Hashioka. Para os geradores que já fornecem a energia para a startup, uma porção de dados em tempo real está

disponível, incluído dados de inadimplência e pagamento. “Conseguimos reduzir o risco de churn com análise de dados inteligência artificial”, afirmou o fundador.

No momento, a startup mantém conversas com fundos de São Paulo e Rio que possuem mandato para investir em energias renováveis. Para a Nextron, a atração das usinas solares é crucial. Operando como um marketplace de energia solar que conecta geradores a consumidores, a startup precisa das duas pontas para fazer o negócio acontecer. Para os consumidores, a vantagem fica óbvia com o desconto na conta de energia elétrica, além do apelo sustentável da fonte solar.

Biznews

Plataforma JotaJá promete entregar fidelização de clientes a donos de restaurantes

A JotaJá é uma startup que surgiu em meio à dor de donos de restaurantes impactados pela alta comissão de aplicativos de delivery. A plataforma de pedidos tem como proposta fidelizar clientes para que empresas tenham sua própria base de consumidores.

O CEO Rafael Ribeiro descobriu no processo de criação da JotaJá que a dor do mercado de restaurantes não era a alta comissão cobrada pelo iFood, mas, sim, a retenção de clientes. “Quando ouvimos as reclamações pudemos entender que o dono de restaurante achava que a

preocupação dele era apenas a comissão, mas na verdade era não ficar com os clientes. Porque o iFood não passa o contato do cliente para o restaurante. Então o restaurante acaba dependente da plataforma.”

A princípio a empresa de Ribeiro era uma grande revista de bairros do Rio de Janeiro que continha serviços em seu catálogo. No entanto, com a era da digitalização a revista perdeu mercado. Ribeiro teve então a ideia de empreender no marketing digital, atendendo empresas que já eram divulgadas na revista.

Biznews



O Mercado faz a feira nas startups



Símbolo histórico centenário da capital paulista, o Mercado se prepara para os próximos séculos de existência. Em uma parceria com o hub de inovação aberta Ibrawork, iniciativa do Instituto Socio-cultural Brasil China (Ibrachina), o consórcio que administra um dos centros comerciais mais tradicionais do país vai selecionar dez startups para eliminar gargalos e melhorar processos no projeto “Mercadão for Startups”. O Mercado Kinjo Yamato, conhecido como “Cantareira” e administrado pelo mesmo grupo, também será beneficiado pelo programa.

“Existe uma série de problemas no Mercado que a gente consegue resolver com tecnologia. Desde entender melhor o perfil do público que circula aqui hoje até evi-

tar desperdício de comida no final do dia. Isso sem mencionar problemas de mobilidade e segurança no local. Ainda não há nenhum ponto de recarga para carros elétricos, por exemplo”, diz Tânia Gomes, head de inovação na Ibrawork e idealizadora do projeto. “Este lugar é um ícone de São Paulo. A restauração física precisa vir acompanhada de uma revolução tecnológica”.

Desde que assumiu a gestão do Mercado no ano passado, designando o diretor-presidente Alexandre Germano, a concessionária tem realizado reparos na estrutura física. Antes da pandemia, a estimativa era de que cerca de 50 mil pessoas passavam pelo local diariamente.

Agora, administração vai firmar parcerias que podem

transformar o centro comercial em cliente ou investidor dessas startups. Até mesmo propostas de aquisição são consideradas pelo grupo. Não há ainda um valor previsto para os investimentos.

A princípio, serão selecionadas startups nos segmentos de fintechs, foodtechs, big data e IoT, agtech, logtech, energia e mobilidade. As dez selecionadas vão passar por um programa de aceleração de dois meses na Ibrawork.

Há menos de seis meses em operação, o hub já mapeou startups que podem se encaixar no perfil do projeto. A SmartSky, uma das aceleradas do ecossistema, já mapeou toda a planta do Mercado em 3D, num projeto que usa cruzamento de dados para prever áreas com risco de deterioração na estrutura.

Biznews

Tecnologia

Bluetooth: nova versão chega em breve com melhorias no áudio



Anunciado pela primeira vez em 2020, o Bluetooth LE finalmente foi “lançado” pela Bluetooth Special Interest Group (SIG). A nova versão dessa popular tecnologia trará avanços na qualidade sonora e melhor eficiência energética para os aparelhos.

Intitulado de Bluetooth Low Energy - por isso o LE - o recurso, como o nome pode sugerir, é focado em reduzir seu consumo energético. Uma vez que a transferência de dados demanda menos energia dos aparelhos que estão realizando o processo, o resultado final resulta em menos bateria utilizada.

Isso só é possível gra-

ças ao novo codec LC3, que promete transmitir áudio de maneira mais eficiente. Basicamente, a função dessa tecnologia é enviar áudios de melhor qualidade, mas mantendo a mesma taxa de bits.

“Os recursos de menor consumo de energia do LE Audio também permitirão novos tipos de periféricos de áudio - como uma gama mais ampla de aparelhos auditivos habilitados para Bluetooth - e permitirão maior flexibilidade para melhores formatos de aparelhos. Com o LE Audio, surgirão aparelhos auditivos menores, menos intrusivos e mais confortáveis [...]” revela Dave Hollander, diretor de marketing da SIG.

Outra inovação fica por conta do Auracast Broadcast Audio, função que permite com que diversos usuários se conectem a uma fonte de áudio. Por exemplo, será possível parear diversos fones de ouvido em um único smartphone para que diversas pessoas escutem o que está sendo reproduzido no celular.

Segundo a SIG, o Bluetooth LE chegará para alguns dispositivos já existentes através de atualizações, porém, é mais provável que apenas novos lançamentos já cheguem com a tecnologia embutida. Os AirPods Pro de segunda geração devem ser um dos primeiros a estrear o recurso.

Felipe Vidal/TecMundo

App Store tem apps maliciosos mesmo após aviso de pesquisadores

A Apple tem feito certo esforço para tirar aplicativos maliciosos da App Store, mas, ao que tudo indica, vários ainda estão em ativa meses após serem descobertos. A empresa de segurança Avast encontrou 133 apps perigosos na loja de aplicativos em março de 2021, mas 84 ainda estariam disponíveis para download e funcionando.

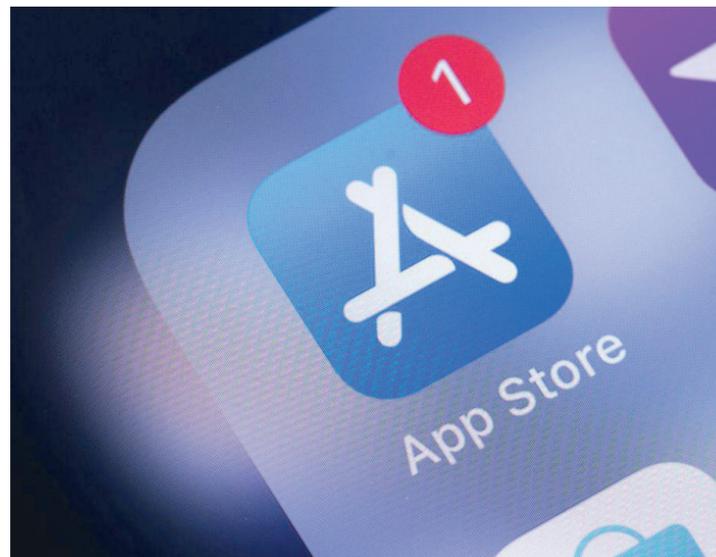
Apple ‘bloqueou’ US\$ 1,5 bilhão em 2021 com fraudes na App Store

As informações vêm de um novo relatório produzido por pesquisadores de segurança cibernética da VPN Check. Os aplicativos

incluem editores de fotos e vídeos, aplicativos de papel de parede, aplicativos de horóscopo, limpadores de telefone, aplicativos antivírus falsos entre outros semelhantes. Eles não são necessariamente malwares ou vírus, mas acabam criando custos extras para as vítimas através de taxas ocultas, assinaturas ou outros mecanismos. Além disso, esses apps seriam consideravelmente mais difíceis de eliminar do seu dispositivo iOS.

De acordo com a VPN Check, esses aplicativos são responsáveis por um montante de pelo menos US\$ 100 milhões todos os anos.

Saori Antonioli Almeida/TecMundo



Novo WhatsApp está chegando ao MacOS baseado em Catalyst



Um novo aplicativo beta do WhatsApp está chegando ao MacOS. Apesar de já existir uma opção para usuários de computadores da Apple, essa nova versão nativa do app promete desempenho superior, mais velocidade, menos uso de memória, entre outros benefícios.

De acordo com o WABetaInfo, esse novo aplicativo beta está em fase bastante inicial e limitada. Apenas um pequeno e limitado número de pessoas possui ou terá acesso a ele em um período próximo.

O primeiro app do WhatsApp disponível para o MacOS é baseado na estrutura chamada Electron, utilizada

para o WhatsApp Web. Essa nova versão, por sua vez, está sendo desenvolvida com Catalyst, que permite portar aplicativos do iPad (iOS) para Mac, utilizando recursos de hardware com maior eficiência, como memória e processador.

O novo WhatsApp para MacOS também é visualmente diferente do que estamos acostumados a ver no Windows Desktop, levando em consideração que ele é baseado no aplicativo para iPhone e tem “mais a cara da Apple”. Ele oferece uma barra lateral que permite alternar rapidamente para diferentes seções, como chamadas, bate-papos e configurações.

É válido reforçar que, se

you testar o novo WhatsApp para MacOS agora, vários recursos podem não estar funcionando corretamente, já que ele está em fase inicial. Ferramentas como status, chamadas em grupo, envio de local e mensagens de voz também estão indisponíveis no momento.

A nova versão do WhatsApp está sendo lançada hoje pela App Store para MacOS, mas está disponível apenas para usuários do programa TestFlight, que tem vagas limitadas. Não há informações sobre quando o aplicativo estará oficialmente disponível para os usuários gerais.

Saori Antonioli Almeida/TecMundo



Edição impressa produzida pelo Jonal Data Mercantil com circulação diária em bancas e assinantes.
As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal
A autenticação deste documento pode ser conferido através do QR CODE ao lado

Publicidade Legal

Diana Bioenergia Avanhandava S/A

CNPJ/ME nº 45.902.707/0001-21 – NIRE 35.300.465.440

Ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de julho de 2021
Data, Horário e Local: Dia 26/07/2021, às 10:00 horas, na sede social na Cidade de Avanhandava-SP, na Fazenda Nova Recreio, s/nº, Caixa Postal 25. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Sra. Renata Sodré Viana Egreja Junqueira, Presidente; e Sr. Ricardo Martins Junqueira, Secretário. **Deliberações da Ordem do Dia:** Por unanimidade: 1. Instalado o Conselho de Administração da Companhia, que será composto por no mínimo 3 e no máximo 5 conselheiros, com mandatos de 1 ano, sendo permitida a reeleição, a reger-se pelas disposições do Estatuto Social, nos termos do artigo 140 da LSA e conforme estabelecidas no item 2, abaixo. 2. Em razão da instalação do Conselho de Administração, as disposições dos artigos 10 a 14 do Estatuto Social, que regulam a composição e o funcionamento do Conselho de Administração, passarão a vigorar com a seguinte redação constante no **Artigo I** da presente Ata. 3. Eleição dos seguintes membros para composição do Conselho de Administração, ora instalado, da Companhia: Sr. **Ricardo Martins Junqueira**, RG nº 9.302.456-3 SSP/SP e CPF/ME nº 105.230.028-66, designado como Presidente do Conselho de Administração; Sra. **Renata Sodré Viana Egreja Junqueira**, RG nº 9.895.118 SSP/SP e CPF/ME nº 126.362.988-19, designada como Vice-Presidente do Conselho de Administração; e Sr. **André Luiz Monaretti**, RG nº 12.356.834-1 e CPF/ME nº 088.125.478-93, designado como Conselheiro Independente. Os membros ora eleitos tomarão posse por meio da assinatura dos competentes termos de posse, lavrados no Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração, nos termos do artigo 149 da LSA. Os conselheiros ora eleitos compareceram à presente e declararam, sob as penas da Lei, não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que os impeçam de exercer atividades mercantis. 4. Em razão das aprovações acima, o artigo 8º, que versa sobre os assuntos de competência da Assembleia Geral, passará a vigorar com a seguinte redação constante no **Artigo I** da presente Ata. 5. Ainda em razão da instalação do Conselho de Administração, consignar que os atuais membros da Diretoria permanecem empossados em seus cargos de forma inalterada, até o fim dos respectivos mandatos, qual seja, 22/07/2024. 6. Diante das alterações nas cláusulas o Estatuto Social, conforme aprovadas acima, excluir o artigo 19 do Estatuto Social e renumerar as cláusulas seguintes. 7. Fixaram a remuneração global da administração da Companhia em no máximo R\$150.000,00 por mês, a qual será distribuída entre os órgãos da administração e individualmente, em documento apartado, conforme definição dos acionistas. 8. Em virtude das deliberações acima, consolidar o Estatuto Social, que passa a vigorar com a redação constante do **Anexo I - Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. **Assinaturas:** Mesa: Renata Sodré Viana Egreja Junqueira (Presidente); e Ricardo Martins Junqueira (Secretário). **Acionistas presentes:** Renata Sodré Viana Egreja Junqueira e Laax Empreendimento e Participações Ltda, representada por Ricardo Martins Junqueira. Avanhandava, 26/07/2021. **Anexo I – Estatuto Social Consolidado. Capítulo I – Da Denominação Social, Sede, Objeto Social e Duração.** Artigo 1º. A sociedade anônima de capital fechado é regida por este Estatuto Social e pelas disposições da Lei nº 6.404/76, alterações posteriores e, nos casos omissos, pela legislação aplicável, denominando-se Diana Bioenergia Avanhandava S/A. Artigo 2º. A sede da Companhia está localizada na Fazenda Nova Recreio, s/nº, caixa postal 25, Bairro Fareló, CEP 16360-000, no município de Avanhandava-SP, podendo sua administração estabelecer, onde convier, agências, filiais, sucursais e representações. Artigo 3º. O objeto social da Companhia é a industrialização, comercialização, importação e exportação de álcoois, açúcares, subproduto e de produtos agropecuários, a exploração agrícola e comercial em todas as suas modalidades, especialmente no que diz respeito à produção de cana de açúcar, seus subprodutos, fertilizantes, herbicidas, fungicidas e bactericidas, bem como a cogeração de energia elétrica a partir da biomassa, em ambiente próprio ou de terceiros e a administração de bens próprios e a participação, na qualidade de sócia quotista ou acionista, em qualquer empresa nacional ou estrangeira. Artigo 4º. O prazo de duração da Companhia é por tempo indeterminado. **Capítulo II – Do Capital Social e das Ações.** Artigo 5º. O Capital Social é de R\$ 59.987.075,00, representado por 59.987.075 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. § 1º. Cada ação corresponderá a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais, sendo cada ação considerada indivisível perante a Companhia, que não lhe reconhecerá com mais de um proprietário. § 2º. Em caso de aumento do capital social, os Acionistas, na forma da lei, terão preferência para a subscrição de novas ações, na proporção do número de ações que possuírem. § 3º. O direito de preferência à subscrição de novas ações deve ser exercido no prazo fixado pela Assembleia Geral, o qual não pode ser inferior a 30 dias, a partir da primeira publicação, no Diário Oficial do Estado, do respectivo Aviso aos Acionistas. **Capítulo III – Assembleias Gerais.** Artigo 6º. A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez ao ano, dentro dos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que assim exigir o interesse social. Artigo 7º. A Assembleia Geral será convocada por qualquer acionista titular de ações representativas a 25% do capital social, membro do Conselho de Administração ou Diretor e presidida por um acionista escolhido pela maioria dos presentes, o qual designará, dentre os presentes, um secretário. Artigo 8º. Ressalvado os impedimentos legais, a instalação e as deliberações das Assembleias Gerais da Companhia obedecerão às formalidades e os requisitos da lei, competindo à Assembleia Geral deliberar sobre os assuntos definidos no Artigo 132 da Lei nº 6.404/76, os quais serão aprovados por, no mínimo, maioria das ações com direito a voto, cabendo à Assembleia ainda deliberar sobre: a) Aprovação e Alteração do Plano Anual de Negócios; b) Redução ou aumento do capital social por subscrição de novas ações; c) Criação de ações preferenciais e modificação das preferências ou vantagens a elas atribuídas; d) Criação de debêntures ou partes beneficiárias; e) Alteração do dividendo obrigatório; f) Operações de transformação, incorporação, fusão ou cisão de que tome parte a Companhia; g) Aquisição, a alienação, a transferência a qualquer título ou a oneração, direta ou indireta, de ações e/ou quotas de propriedade da Companhia ou de emissão de qualquer sociedade controlada pela Companhia; h) Participação da Companhia em outras sociedades ou empreendimentos de qualquer natureza, inclusive por meio de clubes de investimento, condomínios, fundos, sociedades em conta de participação ou outros entes despersonalizados, no Brasil ou no exterior; i) Mudança do objeto social; j) Dissolução, liquidação e extinção da Companhia; k) Fixação do montante global da remuneração anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação; l) Instalação, eleição e destituição dos membros do Conselho de Administração; m) Requerimento de recuperação judicial, autotutelação ou quaisquer outros procedimentos ou processos de reorganização financeira voluntária ou judicial; n) Quaisquer outras alterações estatutárias relacionadas às matérias indicadas nas letras anteriores; e o) Aprovar quaisquer negócios estranhos ao objeto social, inclusive através de consórcios, clubes de investimento, condomínios, fundos, sociedades em conta de participação ou entes despersonalizados, no Brasil ou no exterior. **Capítulo IV – Administração.** Artigo 9º. A administração da Companhia competirá ao Conselho de Administração e a Diretoria. § Único. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria devem tomar posse em até 30 dias a contar das respectivas datas de nomeação, mediante assinatura de termo de posse no Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração e no Livro de Atas das Reuniões da Diretoria, respectivamente, permanecendo em seus cargos, no exercício pleno de seus poderes, até a investidura dos novos administradores eleitos. **Capítulo V – Conselho de Administração.** Artigo 10. O Conselho de Administração será composto por no mínimo 3 e no máximo 5 membros, sendo pelo menos 1 conselheiro independente, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral dos Acionistas, todos com mandato de 1 ano, sendo permitida sua reeleição. § 1º. O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração serão designados pela Assembleia Geral dos Acionistas. § 2º. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários. Ocorrendo a vacância do cargo de Presidente ou a sua ausência ou o seu impedimento de caráter não temporário, o Vice-Presidente assumirá as suas funções e convocará uma reunião do Conselho de Administração para designar um novo Presidente, no prazo máximo de 15 dias contados da verificação da vacância do cargo, da ausência ou do impedimento não temporários do Presidente do Conselho de Administração. § 3º. Verificando-se a vacância do cargo, a ausência ou o impedimento do Presidente do Conselho de Administração simultaneamente à vacância do cargo, à ausência ou ao impedimento do Vice-Presidente, ambos de caráter não temporário, os acionistas e somente eles, deverão convocar, no prazo de 15 dias, uma Assembleia Geral dos Acionistas que designará o novo Presidente e/ou Vice-Presidente. § 4º. No caso de vacância do cargo de Conselheiro de Administração, o Presidente do Conselho de Administração deverá, em 15 dias, convocar uma Assembleia Geral para a eleição do substituto. § 5º. A Assembleia Geral fixará o montante global da remuneração mensal dos administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo

dedicado às suas funções, sua competência e sua reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado. § 6º. O conselheiro independente obrigatoriamente deverá: (a) não ter qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação no capital social; (b) não ser Acionista Controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não ser ou não ter sido, nos últimos 3 anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (c) não ter sido, nos últimos 3 anos, empregado ou diretor da Companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (d) não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (e) não ser funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (f) não ser cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; e (g) não receber outra remuneração da Companhia além daquela relativa ao cargo de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição). Artigo 11. O Conselho de Administração reunir-se-á trimestralmente, sob a forma ordinária, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pelo Vice-Presidente ou a pedido da Diretoria. Das reuniões, lavrar-se-ão atas em livro próprio. As convocações para as reuniões ordinárias serão feitas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, em sua ausência ou impedimento, pelo Vice-Presidente, sempre por escrito, com a indicação detalhada das matérias a serem tratadas, com antecedência mínima de 8 dias. As convocações poderão ser feitas através de carta registrada, via fac-símile, e-mail ou pessoalmente, com protocolo de recebimento ou qualquer outra forma que comprove o seu recebimento. § 1º. Independentemente das formalidades de que trata o caput deste Artigo, serão consideradas válidas as reuniões do Conselho de Administração a que comparecerem todos os seus membros. § 2º. Os conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por meio de conferência telefônica ou videoconferência, sendo considerados presentes na reunião e devendo confirmar seu voto através de declaração por escrito encaminhada ao Presidente por carta, fac-símile ou correio eletrônico logo após o término da reunião. Uma vez recebida a declaração, o Presidente ficará investido de plenos poderes para assinar a ata da reunião em nome do referido conselheiro. Artigo 12. Compete ao Conselho de Administração estabelecer todas as diretrizes fundamentais da Companhia e acompanhar a sua execução, cabendo-lhe, com observação das limitações estabelecidas no artigo 8º, especialmente: (a) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, aprovando as diretrizes, políticas empresariais, comerciais e os objetivos básicos, para todas as áreas de atuação da Companhia; (b) Eleger e destituir, a qualquer tempo, os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições; (c) Atribuir, do montante anual global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, as remunerações individuais de cada um dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria; (d) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos ou negócios celebrados, ou em via de celebração, pela Companhia; (e) Elaborar e submeter para aprovação da Assembleia Geral, o plano anual de negócios e as suas eventuais revisões (incluindo, mas não se limitando a, contratação de operações financeiras), bem como o orçamento geral relativo às receitas, despesas e investimentos da Companhia e de suas subsidiárias e controladas, que deverão incluir, em anexo próprio, os limites de risco e de endividamento a serem assumidos pela Companhia e/ou por suas subsidiárias e controladas, bem como abranger as garantias e ativos que vierem a ser envolvidos para tanto; (f) Aprovar investimentos não previstos no plano anual de negócios da Companhia e em valor superior a R\$ 1.500.000,00 atualizados anualmente pelo índice do IGP(M) da Fundação Getúlio Vargas ou outro índice que venha a substituí-lo; (g) Aprovar a celebração de quaisquer financiamentos bancários (exceto aqueles previstos no plano anual de negócios) cujo valor, em uma única operação ou série de operações correlatas, considerando o período de um ano, seja superior a R\$ 10.000.000,00, atualizados anualmente pelo índice do IGP(M) da Fundação Getúlio Vargas ou outro índice que venha a substituí-lo; (h) Exceto se houver previsão no plano anual de negócios, a concessão de mútuos ou empréstimos por parte da Companhia e das suas investidas a terceiros, bem como a outorga de quaisquer garantias reais ou fidejussórias a terceiros, incluindo, mas não se limitando a, criação de qualquer penhor, hipoteca ou qualquer outro tipo de ônus ou gravame sobre seus respectivos ativos, direitos ou bens, obrigatoriamente no interesse da Companhia e no âmbito do seu objeto social; (i) Avaliar a viabilidade da abertura de filiais, agências ou representações, em qualquer localidade do País ou do exterior; (j) Aprovar a nomeação ou a substituição dos auditores independentes da Companhia; (k) Submeter à Assembleia Geral proposta sobre emissão de quaisquer ações, debêntures, partes beneficiárias, bônus de subscrição ou outros valores mobiliários ou títulos de dívida conversíveis em ações da Companhia; (l) Manifestar-se previamente sobre o relatório da administração, sobre as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balanços semestrais, trimestrais, bimestrais ou levantados em períodos menores; (m) Examinar e submeter à Assembleia Geral a proposta da Diretoria de destinação do lucro líquido do exercício; (n) Convocar a Assembleia Geral Ordinária e, quando julgar conveniente, a Assembleia Geral Extraordinária; (o) Submeter à Assembleia Geral a proposta de celebração, alteração, rescisão, prorrogação de quaisquer contratos envolvendo as marcas, patentes e demais direitos de propriedade intelectual de titularidade da Companhia; (p) Aprovar a concessão de avais, fianças ou outras garantias em favor de sociedades controladas ou coligadas, se for o caso; e (q) Exercer as demais atribuições legais e estatutárias e resolver os casos omissos neste Estatuto Social, exercendo todas as atribuições que a Lei ou este Estatuto Social não outorgam a outro órgão da Companhia. § Único. As decisões do Conselho de Administração constarão de ata que será assinada pelos presentes. Artigo 13. Para que as reuniões do Conselho de Administração possam ser instaladas e validamente deliberar será necessária a presença de, pelo menos, 50% dos seus membros devidamente empossados. As resoluções do Conselho de Administração exigirão o voto favorável da maioria dos Conselheiros presentes à reunião. Artigo 14. Compete ao Presidente do Conselho de Administração ou, em sua ausência ou impedimentos, ao Vice-Presidente: (a) convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração; e (b) convocar a Assembleia Geral dos Acionistas. **Capítulo VI – Diretoria.** Artigo 15. A Companhia será administrada por uma Diretoria composta por no mínimo 2 membros e no máximo 3 membros, sendo: 1 Diretor Financeiro Administrativo, 1 Diretor Industrial e 1 Diretor Agrícola, com uma verba líquida global anual, que será rateada entre seus membros, investidos nos cargos neste ato e mediante assinatura no termo de posse do livro correspondente e permanecerão no exercício de suas funções pelo próximo triênio, até a eleição e em posse dos substitutos. Artigo 16. Os Diretores serão eleitos pelo Conselho de Administração e por ele destituídos, a qualquer tempo, com mandato de 3 anos, podendo ser reeleitos. Em casos excepcionais os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e em posse de seus substitutos. § Único. No caso de vacância de qualquer dos cargos da Diretoria, será imediatamente convocado o Conselho de Administração para eleger o substituto, que completará o mandato do Diretor substituído. Na hipótese de ausência ou impedimento temporário de qualquer Diretor, as suas atribuições serão exercidas cumulativamente por outro Diretor designado pela Diretoria, até a sua substituição. Artigo 17. A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, mediante convocação por escrito de qualquer Diretor, feita com antecedência mínima de 5 dias e com a apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados. Artigo 18. Os Diretores receberão "pró-labore", bem como poderão receber gratificações e participações nos lucros que serão fixados pela Assembleia Geral, sempre em montante global, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição entre os membros da Diretoria. Artigo 19. Observado o disposto nos parágrafos deste artigo, a representação da Companhia incumbirá a qualquer um dos Diretores, ou na ausência deles, a 02 procuradores, em conjunto ou isoladamente, nos limites dos poderes a eles outorgados, dispondo, para tanto, entre outros poderes, dos necessários para: (a) Representar a Companhia em juízo ou fora dele e perante terceiros em geral, inclusive quaisquer órgãos e repartições da administração pública, direta ou indireta, em nível federal, estadual ou municipal, inclusive autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras, cartórios e afins; e (b) Assinar todos e quaisquer documentos que impliquem na assunção de direitos, obrigações ou responsabilidades para a Companhia, tais como: contratos, instrumentos públicos e particulares de qualquer natureza, títulos de crédito, cheques, ordens de pagamento, faturas comerciais, duplicatas, bem como outros papéis e documentos não especificamente aqui previstos e, ainda, abrir, movimentar e encerrar contas bancárias e aplicações financeiras e mobiliárias. § 1º. Nos atos e documentos que envolvam a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer acionista, os seus controladores, ou ainda subsidiárias, sociedades controladas ou coligadas, deverá ela estar representada por 2 Diretores. § 2º. Nos atos e documentos que envolvam a alienação, oneração ou aquisição, por qualquer forma ou título, de bens imóveis da Companhia, deverá ela estar representada por 2 Diretores. § 3º. Com exceção daquelas para fins judiciais, as procu-

rações outorgadas pela Companhia serão sempre assinadas por 2 Diretores, devendo os instrumentos respectivos especificar os poderes conferidos e conter período de validade que não excederá 2 anos. § 4º. As procuções para fins judiciais serão sempre assinadas por 2 Diretores ou 2 procuradores, mas deverão conter finalidade e poderes específicos e prazo correspondente ao fim a que se destinam, podendo, contudo, ser antecipadamente revogadas. § 5º. São nulos e não produzirão efeitos em relação à Companhia, os atos de quaisquer dos Diretores, procuradores ou funcionários que a envolverem em negócios ou operações estranhas ao seu objeto social, notadamente fianças, avais e quaisquer outras obrigações em favor de terceiros, salvo se concedidas ou outorgadas às sociedades controladas ou coligadas do grupo e com aquiescência de 2 Diretores. **Capítulo VII – Conselho Fiscal.** Artigo 20. O conselho fiscal da Companhia será de funcionamento não permanente e, quando instalado, será composto de 3 membros efetivos e respectivos suplentes, cuja eleição, competência e remuneração deverão respeitar o disposto nos artigos 161 e seguintes da Lei nº 6.404/76. § Único. As liberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e consignadas no livro de atas e pareceres do Conselho Fiscal. **Capítulo VIII – Exercício Social e Lucros.** Artigo 21. O exercício social inicia-se em 1º de abril e encerra-se no dia 31 de março de cada ano. Ao final de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras, de conformidade com a legislação em vigor. Artigo 22. Do lucro líquido verificado no exercício social, serão deduzidos: a) 5% para a constituição do Fundo de Reserva Legal, até que atinja 20% do capital social; b) mínimo de 25% desse lucro líquido, com os ajustamentos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição aos acionistas, a título de dividendo obrigatório; e c) o restante, se houver, terá a destinação que lhe atribuir a Assembleia Geral, entretanto, Artigo 23. A Companhia poderá declarar dividendos intermediários: (I) à conta do lucro apurado em balanços semestrais; (II) à conta de lucros apurados em balanços trimestrais, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante de reservas de capital de que trata o § Primeiro do Artigo 182 da Lei nº 6.404/76; ou (III) à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. § Único. Os dividendos intermediários distribuídos nos termos deste Artigo serão imputados ao dividendo obrigatório. Artigo 24. A Assembleia Geral poderá deliberar a distribuição de dividendos em montante inferior ao estabelecido no Artigo 22 ou a retenção de todo o lucro, respeitados os termos do Artigo 202, § 3º, da Lei nº 6.404/76, podendo a qualquer tempo, e observadas as prescrições legais, corroborar, "ad referendum" da próxima Assembleia Geral, as deliberações da Diretoria em provisionar e quitar juros sobre o capital próprio, que serão imputados aos dividendos obrigatórios previstos no Artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e suas alterações posteriores. Artigo 25. Toda e qualquer distribuição de lucro, independentemente do valor ou percentual, deverá sempre respeitar todo e qualquer covenant que a empresa tenha celebrado e esteja vigente com instituições financeiras. **Capítulo IX – Direito de Recesso.** Artigo 26. Em caso de retirada de acionista da Companhia, serão pagos os seus respectivos haveres, mediante o levantamento de balanço especial a ser elaborado nos 90 dias subsequentes à manifestação expressa da retirada. § 1º. O pagamento dos haveres respectivos será efetuado em 12 parcelas anuais, iguais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 30 dias após o levantamento do balanço referido neste artigo e as demais em igual data dos anos subsequentes, acrescidas de correção monetária calculada pela variação do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor ou por outro índice que o substitua, desde a data de pagamento da primeira parcela e cada uma das demais parcelas. § 2º. Em qualquer hipótese em que ocorra o direito de recesso por qualquer acionista ou seus respectivos herdeiros, deverão ser preservados os elevados interesses da Companhia, de modo a lhe ser assegurado recursos financeiros suficientes para atingir os seus objetivos e metas, ainda que isto implique em se diferir o atendimento dos interesses particulares do acionista que se afasta da Companhia. **Capítulo X – Da Dissolução e Liquidação.** Artigo 27. A Companhia entrará em dissolução, liquidação ou extinção nos casos previstos em lei. § Único. A Assembleia Geral nomeará o liquidante e determinará o modo de liquidação, e elegerá um Conselho Fiscal que deverá funcionar durante o período da liquidação. **Capítulo XI – Da Emissão de Debêntures.** Artigo 28. A Companhia poderá deliberar sobre a emissão de debêntures, de competência privativa da Assembleia Geral, na qual se fixará o valor de emissão, critérios para fixação de seu limite, o número e o valor nominal das debêntures, as garantias e juros reais ou a garantia fluante se for o caso, as condições de correção monetária, a conversibilidade ou não em ações, a época e condições do vencimento, amortização ou resgate, o tipo de debêntures e demais normas de que tratam os Artigos 59, 62 e 63, da Lei nº 6.404/76. § Único. A escritura de debêntures poderá ficar em conta de custódia, em instituição financeira que se designar, sem a necessidade de emissão de certificados. **Capítulo XII – Da Arbitragem.** Artigo 29. A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal ficam obrigados, na forma da Lei nº 9.307/96, a submeter a arbitragem todos e quaisquer litígios e controvérsias que possam advir da interpretação e execução do presente Estatuto Social e que não possam ser amigavelmente solucionados. § 1º. A arbitragem será conduzida pela Câmara de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canada, sediada no município de São Paulo-SP, de acordo com Regulamento de Arbitragem dessa Câmara. § 2º. A arbitragem terá sede em São Paulo e será conduzida por 3 árbitros sendo um indicado por quem iniciar a arbitragem, um indicado pelo(s) demandado(s), e o terceiro indicado pelos próprios árbitros previamente indicados. Caso, dentro do prazo de 15 dias contados de suas respectivas nomeações, os dois árbitros não entrarem em acordo quanto à indicação do terceiro, este será indicado pelo presidente da Câmara. Os litígios serão julgados de acordo com as regras de direito vigentes no País, sendo vedado o uso de equidade. A arbitragem será conduzida em Português. § 3º. A decisão final proferida pelos árbitros será definitiva e obrigará a Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, sendo-lhes vedado, com exceção ao disposto no § 4º abaixo, quaisquer recursos ao Poder Judiciário. A parte vencedora pagará à parte vencedora do procedimento arbitral todos os custos e despesas incorridas por este último em relação à arbitragem, incluindo honorários advocatícios, conforme fixados em decisão arbitral, e os honorários dos árbitros. O processo de arbitragem deverá ser concluído, no máximo, em 6 meses a contar da indicação dos árbitros. O processo de arbitragem fundado neste instrumento poderá ser consolidado em outros processos de arbitragem em curso entre as partes envolvidas. A consolidação dos processos de arbitragem será feita por determinação do tribunal arbitral em qualquer dos casos em andamento ou, se o tribunal arbitral assim não o determinar de ofício, qualquer parte interessada poderá requerer essa determinação a qualquer tribunal competente. § 4º. Independentemente do disposto neste Artigo, fica garantido à Companhia, seus acionistas, administradores e aos membros do Conselho Fiscal o direito de recorrer ao Poder Judiciário para obter medida cautelar a qualquer tempo, para obter tutela antecipada caso o procedimento arbitral ainda não tenha sido instituído e, ainda, nos demais casos permitidos pelo Regulamento de Arbitragem da Câmara. § 5º. Fica eleito o foro da comarca da cidade de Penápolis-SP, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que seja, para todas as causas que não puderem ser resolvidas por Arbitragem, para as tutelas antecipadas anteriores à instituição do procedimento arbitral, para a execução das decisões arbitrais e para as ações cautelares. **Capítulo XIII – Do Acordo de Acionistas.** Artigo 30. Os acordos de acionistas devidamente arquivados na sede da Companhia, que visem deliberar sobre a compra e venda mútua de suas ações, preferências para adquiri-las, restrições para sua transferência, exercício de direito de voto ou poder de controle, bem como, política de dividendos e política de gestão da empresa deverão ser observados pela Companhia e por sua administração, conforme os ditames contidos no Artigo 118, da Lei nº 6.404/76. § 1º. Aqueles que, porventura, adquirirem ações da Companhia, com ou sem direito a voto, sujeitar-se-ão ao acordo de acionistas da forma como foi formalizado, desde que arquivado na sede da Companhia. § 2º. Mediante acordo de acionistas, previsto no Artigo 118 da Lei nº 6.404/76, poderão os acionistas deliberar, através de assembleia geral extraordinária, especificamente convocada para tal finalidade, sobre a política de não diluição nos futuros aportes de capital, alienação de ações a terceiros, exercício de preferências aos acionistas remanescentes, bem assim eventual conversão de ações ordinárias em preferenciais e vice-versa, troca de ações entre acionistas, por categorias, preservação do direito de preferência dos acionistas detentores da maioria das ações com direito a voto e demais causas que restarem deliberadas. § 3º. As obrigações e responsabilidades resultantes de tais acordos serão válidas e oponíveis a terceiros tão logo tais acordos tenham sido devidamente averbados nos livros de Registro da Companhia e nos certificados de ações, se emitidos. Os administradores da Companhia zelarão pela observância desses acordos e o Presidente da Assembleia Geral deverá declarar a nulidade do voto proferido pelo acionista em contrariedade com os termos de tais acordos. **Capítulo XIV – Das Disposições Finais.** Artigo 31. Para as decisões cujas diretrizes não estejam neste instrumento, observar-se-á a legislação vigente. **Mesa:** Renata Sodré Viana Egreja Junqueira – Presidente; Ricardo Martins Junqueira – Secretário. JUCESP – Registrado sob o nº 328.026/22-0 em 29/06/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

NC Broadcast Participações S.A.

CNPJ/MF nº 24.935.188/0001-28

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)				Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)							
Ativo	Controladora		Consolidado		Capital social	Capital a integralizar	Reserva Legal	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020							
Ativo circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	1.076	1.030	30.847	62.019	313.455	(2.251)	152	(45.685)	265.671	4.803	270.474
Contas a receber de clientes	–	–	44.051	37.844	–	–	–	(11.565)	(11.565)	649	(10.916)
Estoques	–	–	1.620	1.495	313.455	(2.251)	152	(57.250)	254.106	5.452	259.558
Impostos a recuperar	5	5	273	272	–	–	–	11.387	11.387	1.023	12.410
Dividendos a receber	7.698	–	–	–	–	–	–	(7.720)	(7.720)	(409)	(8.129)
Outros contas a receber	–	–	4.454	3.186	–	–	–	–	–	–	–
Total do ativo circulante	8.779	1.035	81.245	104.816	313.455	(2.251)	152	(53.583)	257.773	6.066	263.839
Ativo não circulante											
Depósitos judiciais	–	–	4.896	6.386	–	–	–	–	–	–	–
Impostos a recuperar	1	–	1.470	1.877	–	–	–	–	–	–	–
IRPJ e CSLL diferidos	–	–	20.764	15.968	–	–	–	–	–	–	–
Investimentos	261.295	257.569	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Imobilizado	–	–	23.202	24.232	–	–	–	–	–	–	–
Intangível	–	–	215.375	237.407	–	–	–	–	–	–	–
Total do ativo não circulante	261.296	257.569	265.707	285.870	–	–	–	–	–	–	–
Total do ativo	270.075	258.604	346.952	390.686	313.455	(2.251)	152	(53.583)	257.773	6.066	263.839
Passivo e Patrimônio Líquido											
Passivo circulante											
Fornecedores	–	–	6.248	6.697	–	–	–	–	–	–	–
Salários e encargos a pagar	–	–	14.398	7.076	–	–	–	–	–	–	–
Impostos a recolher	7	11	1.358	1.410	–	–	–	–	–	–	–
IRPJ e CSLL a pagar	–	–	2.942	273	–	–	–	–	–	–	–
Dividendos a pagar	8.441	721	16.881	9.215	–	–	–	–	–	–	–
Partes relacionadas	275	187	6.626	68.836	–	–	–	–	–	–	–
Receitas diferidas	–	–	9.284	9.372	–	–	–	–	–	–	–
Arrendamento mercantil	–	–	129	781	–	–	–	–	–	–	–
Outras contas a pagar	–	–	9.066	9.196	–	–	–	–	–	–	–
Total do passivo circulante	8.723	919	66.932	112.856	–	–	–	–	–	–	–
Passivo não circulante											
IRPJ e CSLL diferidos	3.579	3.579	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Arrendamento mercantil	–	–	4.688	3.825	–	–	–	–	–	–	–
Provisão p/ riscos trabalhistas e cíveis	–	–	11.493	14.447	–	–	–	–	–	–	–
Total do passivo não circulante	3.579	3.579	16.181	18.272	–	–	–	–	–	–	–
Patrimônio líquido											
Capital social	313.455	313.455	313.455	313.455	313.455	–	–	–	–	–	–
Capital à integralizar (-)	(2.251)	(2.251)	(2.251)	(2.251)	–	–	–	–	–	–	–
Reserva legal	152	152	152	152	–	–	–	–	–	–	–
Prejuízos acumulados	(53.583)	(57.250)	(53.583)	(57.250)	–	–	–	–	–	–	–
Total do patrimônio líquido	257.773	254.106	257.773	254.106	–	–	–	–	–	–	–
Participação de acionistas não controladores	–	–	6.066	5.452	–	–	–	–	–	–	–
Total do patrimônio líquido	257.773	254.106	263.839	259.558	–	–	–	–	–	–	–
Total do passivo e patrimônio líquido	270.075	258.604	346.952	390.686	313.455	(2.251)	152	(53.583)	257.773	6.066	263.839

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais – A NC Broadcast Participações S.A. (“NC Broadcast” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Cidade de Santo André-SP, constituída em 03 de junho de 2016, e tem como objeto social: (a) holdings de instituições não financeiras; (b) exercício de funções de gestão e administração de negócios de empresas do grupo; e (c) participações em outras sociedades, consórcio ou joint ventures. As empresas operacionais atuam no segmento de rádio e TV, sendo uma afiliada da Rede Globo de Televisão. A Companhia possui participações nas empresas Rádio Atlântida FM de Blumenau Ltda., TV coligadas de Santa Catarina S.A., NC Comunicações S.A., Rádio Itapema FM de Florianópolis Ltda. e LNC Administração e Cobranças Ltda. onde foram adquiridas em 26 de maio de 2016. Em 08 de dezembro 2017, a Companhia obteve o controle das investidas. A licença federal para operacionalização das atividades de TV e rádio são garantidas pelo governo e aprovadas pelo congresso federal. Essas licenças são concedidas para cada unidade, com caráter não exclusivo e com vencimento pré-determinado de 15 anos podendo ser prorrogado por igual período. A concessão irá vencer em 2022. A sede da Companhia está localizada à Rua Rui Barbosa nº 333, sala 41-C, Vila Gilda, em Santo André, São Paulo, CEP: 09190-370. A emissão das presentes demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, foi autorizada pela diretoria da Companhia em 26 de abril de 2022.

Impactos à pandemia da Covid-19: Apesar da paralisação de vários setores produtivos e fragilidade da economia mundial, causadas pela pandemia do Coronavírus (Covid-19), até o momento a Companhia não sofreu impactos em sua operação. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados, ou do valor recuperável da UGC. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações contábeis. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações contábeis, as seguintes principais medidas foram tomadas incluindo as de cunho social: • Implementação de medidas temporárias ou definitivas no quadro de funcionários, como o objetivo de reduzir as despesas salariais no médio prazo; • Medida de prevenção do contágio entre os colaboradores, adotando o home office, afastando os que estão mais expostos ao grupo de risco, como mulheres grávidas, colaboradores com mais de 60 anos, entre outros.

2. Resumo das principais políticas contábeis – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Lei das Sociedades por Ações, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. **2.1.1. Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual atua (“moeda funcional”). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional, e também a moeda de apresentação da Companhia. **2.2. Consolidação:** **a) Demonstrações contábeis consolidadas:** As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as informações da Companhia e suas controladas, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias diretas e indiretas em 31 de dezembro: **i) Controladas:** Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas consolidadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia e suas controladas. **ii) Companhias consolidadas:** As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as informações da Companhia e suas controladas, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias diretas:

% – Controle no capital social

País	2021		2020	
	Direto	Indireto	Direto	Indireto
NC Comunicações S.A.	99,99%	–	99,99%	–
Rádio Atlântida FM de Blumenau Ltda.	–	99,99%	–	99,99%
TV coligadas de Santa Catarina S.A.	–	85,15%	–	85,15%
Rádio Itapema FM de Florianópolis Ltda.	–	99,99%	–	99,99%
NC Administração e Cobranças Ltda.	–	99,99%	–	99,99%

b) Demonstrações contábeis individuais: Nas demonstrações contábeis individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor. **2.4. Ativos e passivos financeiros:** Os ativos e os passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias, nos casos aplicáveis: (1) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; (2) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (3) ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados. **1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por

meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para este fim, principalmente, no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas contas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”. **2) Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais. **3) Ativos financeiros disponíveis para venda:** Quando aplicável, são incluídos nessa categoria os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotadas em mercados ativos ou não cotadas em mercados ativos, mas que possam ter seus valores justos estimados razoavelmente.

2.5. Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor original da venda. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, deduzido pela provisão para perda de crédito esperadas, se necessária. A provisão para perda de crédito esperadas é constituída com base nos critérios divulgados na Nota Explicativa nº 2.13 (a). **2.6. Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo de aquisição. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. **2.7. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em despesa no resultado do período, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo será imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. **2.8. Investimento:** Os investimentos da Controladora em empresas controladas e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais. **2.9. Intangível:** São classificadas as licenças de softwares entre outros ativos que são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. **2.10. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Estes valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente. **2.11. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de publicidade é registrada quando a transmissão referente ocorre. A NC Broadcast reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita bruta de publicidade nas empresas de transmissão de TV compreende a veiculação de publicidade negociada localmente, assim como a negociada pela rede Globo em nome das emissoras de televisão para transmissão regional, de acordo com o contrato de rede. As trocas não monetárias de publicidade por serviços ou produtos são registradas ao valor de mercado em receitas e despesas.

a) Receita financeira: A Companhia e suas controladas apresentam receita de caráter financeiro referente ao rendimento de aplicações financeiras, correção monetária de créditos tributários e recebimento de clientes. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.12. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** **a) Tributos correntes:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia e suas controladas atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia e suas controladas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. **b) Tributos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no encerramento de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos tributos

Demonstrações do Fluxo de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	11.387	(11.565)	21.056	(7.730)
Ajustes				
Depreciação e amortização	–	–	4.091	1.240
Amortização valor justo	–	–	21.962	21.962
Resultado na baixa de imobilizado	–	–	5.365	3.899
Baixa de arrendamento financeiro	–	–	–	1.396
Provisão para desvalorização dos ativos	–	–	(459)	688
Provisão para perdas nos estoques	–	–	(646)	(49)
Receita diferida	–	–	(88)	(28)
Provisão para perda de crédito esperadas	–	–	1.315	(486)
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	–	–	(2.954)	(3.370)
Equivalência patrimonial	(11.424)	11.489	–	–
Juros provisionados	–	–	470	470
Variações				
Contas a receber de clientes	–	–	(7.522)	(2.160)
Estoques	–	–	521	834
Impostos a recuperar	(1)	6	(435)	(2.528)
Outras contas a receber	–	–	(1.322)	2.819
Depósitos judiciais	–	–	1.490	(1.298)
Fornecedores e outras obrigações	–	–	(449)	(3.981)
Impostos a recolher	(4)	5	(52)	101
Salários e encargos a pagar	–	–	7.322	(289)
Fornecedores a pagar – partes relacionadas	88	83	(62.210)	(1.030)
Outras contas a pagar	–	–	(366)	3.883
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações	46	18	(12.911)	14.343
Juros pagos	–	–	(470)	(470)
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	–	(9.932)	(1.617)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	46	18	(23.313)	12.256
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de ativo imobilizado	–	–	(7.267)	(1.699)
Aquisição de ativo intangível	–	–	–	(143)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	–	–	(7.267)	(1.842)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos pagos aos acionistas da Companhia	–	–	–	(204)
Pagamentos de arrendamentos	–	–	(183)	(184)
Outros participações de minoritários	–	–	(409)	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	–	–	(592)	(388)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa líquidos	46	18	(31.172)	10.026
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.030	1.012	62.019	51.993
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.076	1.030	30.847	62.019

diferidos ativos é revisada no encerramento de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera ser recuperado. Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no encerramento de cada exercício ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma pela qual a Companhia, no encerramento de cada exercício, espera recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. Os tributos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal com o passivo fiscal, quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e quando a Companhia pretende liquidar o valor líquido de seus ativos e passivos fiscais. **2.13. Principais julgamentos e estimativas contábeis:** Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros

... continuação

sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado a Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

NC Broadcast Participações S.A.

A alteração pretendia ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para 30 de junho de 2022. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. **b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir: • Substituição do CPC 11 Contrato de Seguro para o CPC 50 Contrato de Seguro; • Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos

como circulante ou não circulante; • Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis; • Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis. A Companhia está avaliando os impactos das alterações emitidas pelo IASB e pretende adotar estas novas normas e interpretações, se aplicáveis, quando forem emitidas pelo CPC e estiverem em vigor, contudo não espera impactos relevantes para as demonstrações contábeis.

Luiz Carlos Borgonovi – Diretor
Rodrigo Miranda Simões – Contador CRC 1SP 250.809/O-7

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da
NC Broadcast Participações S.A. Santo André-SP
Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da NC Broadcast Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da NC Broadcast Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável

pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria relevante em nosso opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas; • Avalia-

mos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 30 de abril de 2022.

Élica Daniela da Silva Martins
CT CRC 1SP 223.766/O-0Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP 025.583/O-1

Grant Thornton

Bankone Serviços Digitais S.A.

CNPJ/ME nº 40.114.534/0001-63 – NIRE 35.300.561.261

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de maio de 2022

1. **Data e Horário.** Aos 31/05/2022, às 10:00 horas. 2. **Local.** Rua Dom Luís Felipe de Orleans, nº 1131, Sala 13, Vila Maria Baixa, São Paulo-SP. 3. **Convocação.** Dispensada a publicação de editais de convocação, por estarem presentes a totalidade dos acionistas. 4. **Presença.** Acionistas representando a totalidade do capital social. 5. **Mesa.** Presidente, o Sr. José Emiliano de Oliveira Junior, Secretário, o Sr. Alexandre do Nascimento Melo. 6. **Ordem do Dia:** (i) autorizar a emissão, pela Companhia, de debêntures, em série única, para colocação privada, não conversíveis em ações, da espécie com garantia fidejussória da Bankone Serviços Digitais S.A. ("Debêntures" e "Emissora", respectivamente), mediante a celebração do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única da Espécie com Garantia Fidejussória da Bankone Serviços Digitais S.A.", entre a Emissora e o José Emiliano de Oliveira Junior, RG nº 35.608.023-7 – SSP/SP e CPF/ME nº 310.787.705-06, na qualidade de fiador ("Escritura de Emissão de Debêntures" e "Fiador", respectivamente); e (ii) autorizar os diretores da Companhia a tomarem todos os atos necessários e celebrarem todos os documentos aplicáveis para efetivar as deliberações tomadas na presente assembleia geral extraordinária, incluindo eventuais retificações, ratificações e/ou aditamentos dos instrumentos que forem firmados no âmbito da emissão. 7. **Deliberações.** Por unanimidade de votos e sem ressalvas: 7.1. Na forma do disposto no Artigo 59 da Lei das S.A., aprovar a emissão das Debêntures, para colocação privada, com as seguintes e principais características: 7.1.1. Valor Total da Emissão. O Valor Total da Emissão de Debêntures é de 100.000.000,00, na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão"). 7.1.2. Valor Nominal Unitário. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão (conforme definido abaixo), será de R\$ 1.000,00 ("Valor Nominal Unitário"). 7.1.3. Quantidade de Debêntures. Serão emitidas 100.000 Debêntures. 7.1.4. Data de Emissão. Para todos os efeitos, a data de emissão das Debêntures será 31/05/2022 ("Data de Emissão"). 7.1.5. Data de Vencimento. A data de vencimento das Debêntures será 01/06/2025 ("Data de Vencimento"). 7.1.6. Periodicidade de Pagamento da Remuneração. O pagamento da Remuneração pela Companhia será feito em 36 parcelas mensais, conforme Anexo I da Escritura de Emissão de Debêntures, sendo o primeiro pagamento devido em 01/07/2022 ("Primeiro Pagamento da Remuneração"). 7.1.7. Amortização. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em uma única parcela, que deverá ser paga pela Emissora, na Data de Vencimento. 7.1.8. Colocação. A colocação das Debêntures será realizada de forma privada, sem a intermediação de quaisquer instituições, sejam elas integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ou não, e não contará com qualquer forma de esforço de venda perante o público em geral, sendo expressamente vedada a negociação das Debêntures em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado, ressalvada a possibilidade de negociação privada. 7.1.8.1. As Debêntures não serão depositadas para distribuição no mercado primário, para negociação em qualquer mercado regulamento de valores mobiliários ou qualquer forma de custódia eletrônica, seja em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado. 7.1.8.2. As Debêntures da presente Emissão serão registradas em nome do seu titular na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Segmento Balcão, para liquidação financeira dos eventos de pagamento previstos nesta Escritura, considerando que estejam registradas em nome do titular na data do evento de pagamento. 7.1.9. Subscrição. As Debêntures serão subscritas pelos debenturistas por meio da assinatura de boletim de subscrição, conforme modelo constante no Anexo II da Escritura de Emissão de Debêntures ("Boletim de Subscrição"), bem como pela inscrição de seu nome no Livro de Registro de Debêntures Nominativas. 7.1.10. Conversibilidade. As Debêntures não serão conversíveis em ações da Emissora. 7.1.11. Espécie. As Debêntures serão da espécie com garantia fidejussória. 7.1.12. Atualização do Valor Nominal Unitário. As Debêntures não serão objeto de atualização monetária. 7.1.13. Remuneração. Sobre o Valor Nominal Unitário, ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável incidirão juros remuneratórios prefixados equivalentes a 12,00% ao ano, calculados de forma pro rata temporis por dias corridos decorridos a partir da Data da Primeira Integralização, conforme abaixo definida ou da data de pagamento de juros imediatamente anterior, conforme o caso, até o efetivo pagamento ("Remuneração"), sendo calculado na forma e nos termos previstos na Escritura de Emissão de Debêntures. 7.1.14. Amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures. O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures será amortizado mensalmente conforme do Anexo I da Escritura de Emissão de Debêntures na forma e nos termos previstos na Escritura de Emissão de Debêntures. 7.1.15. Repactuação. As Debêntures não serão objeto de repactuação. 7.1.16. Data de Subscrição. As Debêntures serão subscritas pelos debenturistas nas datas de integralização das Debêntures, na forma da Escritura de Emissão de Debêntures. 7.1.17. Datas de Integralização. As Debêntures serão integralizadas nos termos descritos nos boletins de subscrição a serem firmados pelos debenturistas. 7.1.18. Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures. A qualquer momento, a partir da Data de Emissão, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, mediante o pagamento aos debenturistas do equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, a ser resgatado, acrescido (i) da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a primeira Data de Integralização das Debêntures ou a última Data de Pagamento da Remuneração até a data do efetivo resgate; e (ii) dos Encargos Moratórios, caso aplicável, e demais encargos devidos e não pagos até a data do efetivo resgate ("Resgate Antecipado Facultativo"). 7.1.18.1. O Resgate Antecipado deverá ser precedido de notificação por escrito aos debenturistas, com antecedência mínima de 30 dias corridos da realização do pagamento do Resgate Antecipado ("Notificação do Resgate Antecipado"). A Notificação de Resgate Antecipado deverá conter: (a) a data do Resgate Antecipado, que deverá ser um Dia Útil; e (b) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado. 7.1.19. Vencimento antecipado. As hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures constarão da Escritura. 7.1.20. Demais condições. Todas as demais condições e regras específicas relacionadas à emissão das Debêntures serão tratadas detalhadamente na Escritura. 7.2. Autorizar a Diretoria da Companhia a realizar todos os atos complementares necessários ao cumprimento do que ora ficou resolvido e do que mais seja determinado pelas leis que regem a matéria. 8. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo, 31/05/2022. Mesa: José Emiliano de Oliveira Junior – Presidente; Alexandre do Nascimento Melo – Secretário. Acionistas: Domus Participações e Aquisições S.A. (por seu diretor José Emiliano de Oliveira Junior); Profectus Negócios e Participações Eireli (por seu administrador Alexandre do Nascimento Melo). JUCESP. Certifico o registro sob o nº 288.916/22-0 em 07/06/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Diana Bioenergia Avanhanda S/A

CNPJ/ME nº 45.902.707/0001-21 – NIRE 35.300.465.440

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 20 de abril de 2022

Data, Hora e Local: Realizada em 20/04/2022 às 10:00 horas, na sede social da Companhia, na Fazenda Nova Recreio, s/nº, Avanhanda-SP, Caixa Postal 25. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente – Renata Sodré Viana Egreja Junqueira; Secretário – Ricardo Martins Junqueira. **Deliberações da Ordem do Dia:** discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: (i) autorização para que a Companhia possa emitir a Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira nº 001/2022 com valor nominal de R\$21.103.000,00 ("CPR-F") em favor da Companhia Provisória de Securitização sociedade por ações com sede social na Cidade de São Paulo-SP, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 550, 4º andar, Cidade Monções, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 04.200.649/0001-07 ("Securitizadora"), cujos direitos creditórios comporão lastro para a emissão de Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") a ser feito pela Securitizadora mediante securitização, tal como estabelecido no Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio da 1ª Série da 3ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("Termo de Securitização" e "Emissão", respectivamente), nos termos (i) da Lei nº 11.076, de 30/12/2004, conforme alterada ("Lei nº 11.076/04"), (ii) da Medida Provisória nº 1.103, de 15/03/2022 ("MPV nº 1.103"); (iii) da Instrução da CVM nº 600, de 01/08/2018, conforme alterada ("Instrução CVM 600"), e (iv) da Instrução da CVM nº 476, de 16/01/2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"); (ii) participação da Companhia na operação de emissão dos CRA, pela Securitizadora, com lastro nos direitos creditórios do agronegócio representados pela CPR-F, os quais serão objeto de oferta pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da CVM nº 476 ("Oferta Restrita"); (iii) autorização para que a Companhia preste garantias reais relacionadas à Emissão, tais como a (a) cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de contratos mercantis; (b) a Conta Vinculada (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) onde serão recepcionados os pagamentos decorrentes dos contratos mercantis; e (c) títulos, bens e direitos decorrentes das Aplicações Financeiras Permitidas (conforme definidas no Termo de Securitização) e valores decorrentes de seu resgate, seus depósitos e de seus rendimentos, incluindo, *inter alia*, quaisquer investimentos, recursos, rendimentos, remunerações, frutos, acréscimos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações, investimentos e/ou aplicações realizados com Recursos (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) mantidos na Conta Vinculada ("Direitos Cedidos Fiduciariamente"), tudo nos termos do artigo 66-B, §§ 3º, 4º e 5º da Lei nº 4.728, de 17/07/1965, conforme alterada de tempos em tempos, do artigo 41 da Lei nº 11.076/04, do Código Civil, bem como dos artigos 18 a 20 da Lei nº 9.514, de 20/11/1997, conforme alterada, tudo nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária ("Cessão Fiduciária de Recebíveis"); (iv) autorização para que os representantes legais da Companhia possam celebrar todos e quaisquer documentos necessários e/ou convenientes à perfeita constituição, formalização, registro e manutenção da validade da CPR-F, dos CRA, do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, do Contrato de Distribuição, do Termo de Securitização e da própria Oferta Restrita, incluindo eventuais aditivos e/ou alterações que se façam oportunos; (v) ratificação de todos os atos já praticados pelos representantes legais da Companhia necessários e/ou convenientes à perfeita constituição, formalização, registro e manutenção da validade da CPR-F, dos CRA, do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, do Contrato de Distribuição, do Termo de Securitização e da própria Oferta Restrita. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. Avanhanda/SP, 20/04/2022. **Acionistas:** Renata Sodré Viana Egreja Junqueira; LAAX Empreendimentos e Participações Ltda. – por Ricardo Martins Junqueira. **Mesa:** Renata Sodré V. Egreja Junqueira – Presidente; Ricardo Martins Junqueira – Secretário. JUCESP – Registrado sob o nº 229.737/22-5 em 06/05/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Cafeeira Bertin Ltda.

CNPJ/ME nº 44.534.048/0001-55 – NIRE 35.200.942.947

Edital de convocação para Assembleia Geral de Sócios

José Augusto de Azevedo e José Carlos Ruiz, na qualidade de administradores da Cafeeira Bertin Ltda., sociedade empresária de responsabilidade limitada, no uso das atribuições que lhes confere o Contrato Social, convoca seus quotistas para a Assembleia Geral de Sócios a ser realizada na sede da Sociedade, localizada no Município de Sabino, Estado de São Paulo, na Estrada Lins/Sabino, Fazenda Santa Adélia, s/nº, Bairro Esgotão, e simultaneamente via videoconferência, tal como autorizado pelo artigo 1.080-A, do Código Civil, por meio do link <https://us02web.zoom.us/j/89839276894?pwd=ZU14dWZkdGRPZUJwMkZCc0d0N2Eydz09>, no dia 05/08/2022, às 11:00 horas em primeira convocação, se presentes acionistas representativos de 3/4 do capital social, e às 11:15 horas em segunda convocação, com qualquer número de presentes, a fim de deliberar especificamente acerca da seguinte Ordem do Dia: a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativamente ao exercício encerrado em 31/12/2021; b) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício e sobre a eventual distribuição de lucros; c) destituição dos atuais e eleição de novos administradores da Sociedade para um mandato de 2 anos; d) deliberar sobre ajustes e eventuais retificações a serem realizados em relação ao relatório de divisão provisória dos quinhões aprovado anteriormente, tendo em vista a retirada de sócio, sobre a ratificação documental de transações realizadas entre os sócios e a Sociedade, bem como prestar esclarecimentos solicitados pelos sócios Gabriel Verona Bertin e Carolina Verona Bertin, por meio de seu procurador João Bertin Filho; e) prestar aos sócios informações relacionadas às ações judiciais envolvendo a Sociedade. **Informações Gerais:** Os sócios que assim desejarem poderão ser representados por procuração específica, outorgada de acordo com os requisitos do Contrato Social da Sociedade. A documentação referente às deliberações está disponível desde o dia 16/06/2022, nos termos da legislação de regência. Sabino, 11/07/2022. José Augusto de Azevedo – Administrador; José Carlos Ruiz – Administrador. (13, 14 e 15/07/2022)

Ouro fecha em alta, com dólar e juros dos Treasuries na ponta longa em queda

O contrato mais líquido do ouro fechou em alta nesta quarta-feira, 13, beneficiado pela queda do dólar e arrefecimento dos rendimentos dos Treasuries na ponta longa da curva. O foco do mercado esteve nos dados de inflação ao consumidor (CPI) dos Estados Unidos. Em meio aos temores de recessão, o relatório, que veio acima do esperado, confirmou que o Federal Reserve (Fed) deve continuar subindo juros.

Na Comex, divisão de metais da New York Mercantile Exchange (Nymex), o ouro para agosto fechou em alta de 0,62%, a US\$ 1.735,5 a onça-try. Analista da Oanda, Edward Moya destaca que o ouro começou a ver alguns fluxos de refúgio, pois os riscos de recessão global limitarão o quão altas as taxas podem chegar até o final do ano. "Um relatório de inflação muito quente, inicialmente, baixou os preços do ouro à medida que crescia o risco de um aperto muito mais agressivo do Fed.

Isto é Dinheiro

comercial@datamercantil.com.br

Data Mercantil
A melhor opção para sua empresa

LS Broadcast Participações S.A.

CNPJ/MF nº 24.935.152/0001-44

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)								
Ativo	Controladora		Consolidado					
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020				
Ativo circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	2.065	1.980	5.245	6.122				
Contas a receber de clientes	—	—	7.244	7.106				
Impostos a recuperar	65	64	183	1.189				
Partes relacionadas	28.638	—	42.397	52.518				
Outros créditos	8	4	69	371				
Dividendos a receber	768	6.058	—	—				
Total do ativo circulante	31.544	8.106	55.138	67.306				
Ativo não circulante								
Depósitos judiciais	—	—	—	321				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	—	—	6.953	4.394				
Investimentos	54.424	96.169	—	—				
Imobilizado	—	—	7.390	8.090				
Intangível	—	—	26.481	32.478				
Total do ativo não circulante	54.424	96.169	40.824	45.283				
Total do ativo	85.968	104.275	95.962	112.589				
Passivo e patrimônio líquido								
Passivo circulante								
Fornecedores	—	—	1.682	1.352				
Salários e encargos a pagar	—	—	1.556	765				
Impostos a recolher	4	5	377	293				
Imposto de renda e contribuição social a pagar	—	—	1.322	780				
Dividendos a pagar	—	6.680	3.232	9.469				
Outras contas a pagar	—	—	2.990	1.999				
Partes relacionadas	—	55	—	55				
Arrendamento mercantil	—	—	378	367				
Total do passivo circulante	4	6.740	11.537	15.080				
Passivo não circulante								
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	—	—	—	441				
Arrendamento mercantil	—	—	1.700	1.773				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.884	3.884	—	—				
Total do passivo não circulante	3.884	3.884	1.700	2.214				
Patrimônio líquido								
Capital social	75.199	75.199	75.199	75.199				
Adiantamento para futuro aumento de capital	—	—	696	696				
Reserva legal	1.664	1.438	1.664	1.438				
Reserva de lucros	4.521	16.318	4.521	16.318				
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	82.080	93.651	82.080	93.651				
Participação de não controladores	—	—	645	1.644				
Total do patrimônio líquido	82.080	93.651	82.725	95.295				
Total do passivo e patrimônio líquido	85.968	104.275	95.962	112.589				
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)								
	Capital social	Reserva AFAC	Reserva legal	Lucros de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	75.199	696	1.300	14.357	—	91.552	1.477	93.029
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	2.753	2.753	224	2.977
Constituição reserva legal	—	—	138	—	(138)	—	—	—
Constituição dividendos mínimos obrigatórios	—	—	—	—	(654)	(654)	(57)	(711)
Transferência para reserva lucros	—	—	—	1.961	(1.961)	—	—	—
Saldos em 31 de dezembro de 2020	75.199	696	1.438	16.318	—	93.651	1.644	95.295
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	4.522	4.522	214	4.736
Constituição reserva legal	—	—	226	—	(226)	—	—	—
Constituição dividendos mínimos obrigatórios	—	—	—	(15.019)	(1.074)	(16.093)	(55)	(16.148)
Transferência para reserva lucros	—	—	—	3.222	(3.222)	—	—	—
Outras movimentações não controladores	—	—	—	—	—	—	(1.158)	(1.158)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	75.199	696	1.664	4.521	—	82.080	645	82.725
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)								
1. Informações gerais – A LS Broadcast Participações S.A. (“LS Broadcast” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Cidade de Santo André-SP, constituída em 03 de junho de 2016 e tem como objeto social: (a) holdings de instituições não financeiras; (b) exercício de funções de gestão e administração de negócios das companhias do grupo e; (c) participações em outras sociedades, consórcio ou joint ventures. As companhias operacionais atuam no segmento de rádio e TV, sendo uma afiliada da Rede Globo de Televisão. A Companhia possui participações nas empresas Cia. Catarinense de Rádio e Televisão S.A., Rádio Atlântida FM de Florianópolis Ltda., Televisão Joaçaba e Rádio Eldorado FM de Joinville Ltda., a primeira foi uma aquisição parcial em 26 de maio de 2016, e a segunda, a aquisição do restante da participação nestas empresas e o controle foi obtido em 02 de dezembro de 2017. Contudo, todas as decisões da Administração já estavam centralizadas na atual administração. A licença Federal para operacionalização das atividades de rádio e TV são garantidas pelo governo e aprovadas pelo Congresso Federal. Essas licenças são concedidas para cada unidade, com caráter não exclusivo e com vencimento pré-determinado de 15, anos podendo ser prorrogado por igual período. A concessão irá vencer em 2022. A sede da Companhia está localizada à Rua Rui Barbosa nº 333, sala 41-C, Vila Gilda, em Santo André, São Paulo, CEP 09190-370. A emissão das presentes demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, foi autorizada pela diretoria da Companhia em 26 de abril de 2022. Impactos à pandemia do Covid-19: Apesar da paralisação de vários setores produtivos e fragilidade da economia mundial, causadas pela pandemia do Coronavírus (COVID-19), até o momento a Companhia não sofreu impactos significativos em sua operação.								
2. Resumo das principais políticas contábeis – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. 2.1. Base de preparação: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Lei das Sociedades por Ações, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. 2.1.1. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 2.2. Consolidação: a) Demonstrações contábeis consolidadas: As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as informações da Companhia e suas controladas, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias diretas e indiretas em 31 de dezembro: i) Controladas: Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas consolidadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia e suas controladas. ii) Companhias consolidadas: As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as informações da Companhia e suas controladas, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias diretas:								
	País	% – Controle direto no capital social	2021	2020				
Cia. Catarinense de Rádio e Televisão	Brasil	95,57%	95,57%					
Rádio Atlântida FM de Florianópolis Ltda.	Brasil	99,99%	99,99%					
Televisão Joaçaba Ltda.	Brasil	99,99%	99,99%					
Rádio Eldorado FM de Joinville Ltda.	Brasil	99,99%	99,99%					
b) Demonstrações contábeis individuais: Nas demonstrações contábeis individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. 2.3. Caixa e equivalentes de caixa: Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor. 2.4. Ativos e passivos financeiros: Os ativos e os passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias, nos casos aplicáveis: 1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; 2) Ativos financeiros mantidos até o vencimento; 3) Ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados. 1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para este fim, principalmente, no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas contas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”. 2) Ativos financeiros mantidos até o vencimento: Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais. 3) Ativos financeiros disponíveis para venda: Quando aplicável, são incluídos nessa categoria os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotadas em mercados ativos ou não cotadas em								
2.5. Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor original da venda. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, deduzido da provisão para perda de crédito esperadas, se necessária. A provisão para perda de créditos esperadas são constituídas com base nos critérios divulgados na Nota Explicativa nº 2.12.a. 2.6. Imobilizado: O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e, também, inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em despesa no resultado do período, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo será imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. 2.7. Investimento: Os investimentos da Controladora em empresas controladas e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais. 2.8. Intangível: São classificadas as licenças de softwares entre outros ativos que são capitalizados com base nos custos incorridos para adquirir e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. Ágio decorrente de aquisição de controladas: O ágio resultante da aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis nas demonstrações contábeis consolidadas. 2.9. Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Estes valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente. 2.10. Reconhecimento da receita: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de propaganda no curso normal das atividades das controladas da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e suas controladas. a) Receita financeira: A Companhia e suas controladas apresentam receita de caráter financeiro referente a rendimento de aplicações financeiras, correção monetária de créditos tributários e recebimento de clientes. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. 2.11. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: a) Tributos correntes: As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre o lucro são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia e suas controladas atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia e suas controladas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. b) Tributos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no encerramento de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no encerramento de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera ser recuperado. Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no encerramento de cada exercício ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma pela qual a Companhia, no encerramento de cada exercício, espera recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. Os tributos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal com o passivo fiscal, quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e quando a Companhia pretende liquidar o valor líquido de seus ativos e passivos fiscais. 2.12. Principais julgamentos e estimativas contábeis: Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2, a Admi-								
Demonstrações dos Resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)								
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado				
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020				
Receita líquida de vendas	—	—	42.363	36.153				
Custo dos produtos vendidos	(52)	(28)	(16.596)	(12.306)				
Lucro (prejuízo) bruto	(52)	(28)	25.767	23.847				
Despesas operacionais								
Resultado de participações societárias	10.515	8.758	—	—				
Despesas de vendas	—	—	(931)	(818)				
Gerais e administrativas	(6.021)	(6.011)	(18.093)	(18.251)				
Outras receitas (despesas), líquidas	(10)	(2)	32	419				
Lucro operacional	4.484	2.745	(18.992)	(18.650)				
Resultado financeiro	4.432	2.717	6.775	5.197				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	4.522	2.753	6.756	5.163				
Imposto de renda e contribuição social	—	—	(2.020)	(2.186)				
Lucro líquido do exercício	4.522	2.753	4.736	2.977				
Lucro atribuível aos acionistas controladores			4.522	2.753				
Lucro atribuível aos acionistas não controladores			214	224				
Lucro básico por ação – R\$	0,06	0,04	0,06	0,04				
Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)								
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado				
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020				
Lucro líquido do exercício	4.522	2.753	4.736	2.977				
Outros resultados abrangentes	—	—	—	—				
Resultado abrangente total	4.522	2.753	4.736	2.977				
Resultado abrangente atribuível:			4.522	2.753				
Acionistas controladores	—	—	—	—				
Acionistas não controladores	—	—	214	224				
Demonstrações dos Fluxos de Caixas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)								
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado				
	2021	2020	2021	2020				
Fluxo de caixa das atividades operacionais								
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	4.522	2.753	6.756	5.163				
Ajustes								
Depreciação e amortização	—	—	1.090	1.579				
Resultado na baixa de imobilizado	—	—	85	3				
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	—	—	(441)	(418)				
Provisão para perda de crédito esperadas	—	—	45	34				
Amortização valor justo	5.997	5.998	5.997	5.998				
Equivalência patrimonial	(10.515)	(8.758)	—	—				
Juros sobre arrendamento	—	—	232	232				
Variações								
Contas a receber de clientes	—	—	(183)	(77)				
Impostos a recuperar	(1)	—	1.006	1.420				
Outros créditos	(4)	—	302	200				
Partes relacionadas a receber	89	41	39.291	(1.504)				
Depósitos judiciais	—	—	321	—				
Fornecedores e outras obrigações	(1)	2	330	(172)				
Obrigações sociais, trabalhistas	—	—	791	(205)				
Adiantamentos de clientes	—	—	(55)	55				
Impostos a recolher	—	—	84	(2.273)				
Outras contas a pagar	—	24	(168)	(4.461)				
Caixa proveniente das operações	—	—	(4.037)	(1.646)				
Imposto de renda e contribuição social pagos	—	—	(232)	(232)				
Juros pagos	—	—	—	—				
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	87	60	51.214	3.696				
Fluxo de caixa das atividades de investimentos								
Dividendos recebidos	51.553	—	—	—				
Aquisição de ativo imobilizado	—	—	(284)	(558)				
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos	51.553	—	(284)	(558)				
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos								
Dividendos pagos	(51.555)	—	(51.555)	(139)				
Arrendamentos pagos	—	—	(252)	(253)				
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(51.555)	—	(51.807)	(392)				
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	85	60	(877)	2.746				
Demonstração das variações do caixa e equivalente de caixa								
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.980	1.944	6.122	3.376				
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.065	1.980	5.245	6.122				
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	85	36	(877)	2.746				
nistrção deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas este período ou períodos posteriores, caso a revisão afete tanto o período presente como períodos futuros. A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis: a) Provisão para perda de créditos esperadas: A perda é constituída com base na política interna, que leva em consideração o número de dias vencidos de cada título das contas a receber, a fim de cobrir eventuais perdas na realização de créditos com terceiros. Em alguns casos, também são considerados outros fatores, como por exemplo, a situação financeira do cliente. b) Provisões para riscos trabalhistas e cíveis: A Companhia é parte de processos cíveis, como descrito na Nota Explicativa nº 11. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que a provisão para riscos cíveis está corretamente apresentada nas demonstrações contábeis de acordo								

... continuação

19 Concedidos para Arrendatários em contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021. As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que

contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A alteração pretendida a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. **b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes.** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir: • Substituição do CPC 11 Contrato de Seguro para o CPC 50 Contrato de Seguro;

• Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; • Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis; • Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis. A Companhia está avaliando os impactos das alterações emitidas pelo IASB e pretende adotar estas novas normas e interpretações, se aplicáveis, quando forem emitidas pelo CPC e estiverem em vigor, contudo não espera impactos relevantes para as demonstrações contábeis.

Luiz Carlos Borgonovi – Diretor
Rodrigo Miranda Simões – Contador CRC 1SP 250.809/O-7

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da
LS Broadcast Participações S.A. Santo André-SP
Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da LS Broadcast Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidada, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da LS Broadcast Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é respon-

sável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia

e de suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e de suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campanas, 30 de abril de 2022.

Grant Thornton

Grant Thornton Auditores Independentes – CRC 2SP 025.583/O-1
Élica Daniela da Silva Martins – CT CRC 1SP 223.766/O-0

Bankone Serviços Digitais S.A.

CNPJ/ME nº 40.114.534/0001-63 – NIRE 35.300.561.261

Ata de Assembleia Geral Extraordinária de Rerratificação da Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de maio de 2022

1. **Data E Horário.** Aos 24/06/2022, às 10:00 horas. 2. **Local.** Rua Dom Luis Felipe de Orleans, nº 1131, Sala 13, Vila Maria Baixa, São Paulo-SP. 3. **Convocação.** Dispensada a publicação de editais de convocação, por estarem presentes à assembleia a totalidade dos acionistas da Companhia. 4. **Presença.** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. 5. **Mesa.** Presidente, o Sr. José Emiliano de Oliveira Junior, Secretário, o Sr. Alexandre do Nascimento Melo. 6. **Ordem do Dia:** (i) a rerratificação da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30/05/2022, registrada perante a "JUICESP" sob o nº 288.916/22-0, em 07/06/2022 ("Ato Societário"), apenas em relação ao item 7.1.14, bem como a consequente alteração de referido item; e (ii) ratificar todos os demais termos da Ato Societário sem qualquer alteração. 7. **Deliberações.** Os acionistas deliberaram, por unanimidade: 7.1. **Aprovar** a rerratificação e a ratificação do Ato Societário para ajustar a redação do item 7.1.14 do Ato Societário, que passa a vigorar com a seguinte nova redação: "7.1.14. Amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures. O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures será amortizado em uma única parcela, que deverá ser paga pela Emissora, na Data de Vencimento das Debêntures." 7.2. Dessa forma, fica rerratificada a Ata quanto ao item 7.1.14, sendo ratificados os demais itens da Ordem do Dia e não modificados por este instrumento. 8. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo, 24/06/2022. Mesa: **José Emiliano de Oliveira Junior** – Presidente; **Alexandre do Nascimento Melo** – Secretário. Acionistas: **Domus Participações e Aquisições S.A.** (por seu diretor José Emiliano de Oliveira Junior); **Profectus Negócios e Participações Eireli** (por seu administrador Alexandre do Nascimento Melo). JUICESP. Certifico o registro sob o nº 331.435/22-6 em 01/07/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Basilicata Laurenti Ltda.

CNPJ/ME nº 61.367.025/0001-12 – NIRE 35.205.814.131

Edital de Convocação de Reunião de Sócios

Ficam os senhores sócios da Basilicata Laurenti Ltda. ("Sociedade") convidados para se reunirem em reunião de sócios a ser realizada no dia 22/07/2022, às 09:00 horas, na Rua Arquitecto Olavo Redig de Campos, nº 105, 12º andar, São Paulo-SP, para deliberar sobre as seguintes matérias que compõem a ordem do dia: 1. Em reunião de sócios deliberar sobre: (i) as contas da administração e as demonstrações financeiras da Sociedade no exercício social findo em 31/12/2017 e no exercício social findo em 31/12/2018; (ii) a destinação dos lucros apurados no exercício social findo em 31/12/2017 e no exercício social findo em 31/12/2018; (iii) a realização de alteração do Contrato Social da Sociedade para alterar a Cláusula Décima Primeira a fim de permitir o ingresso de sucessores e herdeiros do quotista havendo concordância da maioria dos demais quotistas; (iv) se aprovado o item (iii) acima, a sucessão das quotas da sócia Angela Antonia Laurenti pelos seus herdeiros Sra. Rosária Laurenti e Sr. Antônio Laurenti Neto; (v) se aprovado o item (ii) acima, o aumento do capital social no valor de R\$ 1.924.814,34 mediante conversão de crédito detidos pelos Sócios contra a Sociedade; (vi) se aprovado o item (iv), cessão das quotas dos Sócios para suas respectivas holdings; (vii) ingresso da AAL Participações no quadro social da Sociedade; (viii) aumento do capital social da Sociedade mediante aporte em moeda corrente nacional e conversão de crédito detidos pelos Sócios contra a Sociedade; e (ix) a elaboração de Acordo de Sócios da Sociedade e suas principais disposições. São Paulo/SP, 13/07/2022. **Administradores:** Vittorio Antonio Lorenti, Nicola Lorenti Neto e Antônio Laurenti Neto. (14, 15 e 16/07/2022)

Cotação das moedas

Coroa (Suécia) - 0,5135	Peso (Chile) - 0,005397
Dólar (EUA) - 5,3992	Peso (México) - 0,2606
Franco (Suíça) - 5,5184	Peso (Uruguai) - 0,1317
Iene (Japão) - 0,03931	Yuan (China) - 0,8038
Libra (Inglaterra) - 6,4348	Rublo (Rússia) - 0,09237
Peso (Argentina) - 0,04225	Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,4419

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco:

comercial@datamercantil.com.br

MP junto ao TCU fala em 'abuso de poder econômico' e em impugnação de Bolsonaro

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MP-TCU) souou um alerta vermelho ao governo em relação à proposta de emenda à Constituição que o governo quer aprovar no Congresso, a chamada "PEC Kamikaze", que prevê a criação e ampliação de uma série de auxílios, a apenas três meses das eleições.

O subprocurador-geral do MP-TCU, Lucas Rocha Furtado, entrou com um pedido de medida cautelar contra a PEC, sob a alegação de que "a emenda proposta é flagrantemente inconstitucional" e que pode, inclusive, levar à impugnação de mandato eletivo.

Segundo Furtado, o presidente Jair Bolsonaro, "atual mandatário do Poder Executivo Federal, criou, possivelmente de forma deliberada, um estado permanente de frustração do planejamento orçamentário para falsear o cabimento de créditos extraordinários".

A avaliação do MP-TCU é a de que o presidente se utiliza de uma "suposta 'imprevisibilidade' a ameaçar a segurança alimentar da população brasileira" para justificar a PEC com base em estado de emergência que, em sua avaliação, tem fins eleitoreiros. "Existem evidências de que a pretensa situação emergencial teria sido artificialmente fabricada, com o verdadeiro intuito de servir a interesses eleitorais do pretendente à reeleição

presidencial, na medida em que resultaria na distribuição de benesses de forma gratuita a determinados segmentos da população, em verdadeiro abuso político e econômico e em atentado ao princípio da anterioridade eleitoral", afirma a representação.

Articulada pelo Palácio do Planalto com a base governista no Congresso, a PEC aumenta o Auxílio Brasil de R\$ 400 para R\$ 600 por mês e concede uma bolsa-camionheiro de R\$ 1 mil mensais e uma bolsa-taxista de R\$ 200, entre outros benefícios. O custo é de R\$ 41,25 bilhões fora do teto de gastos – a regra que limita o crescimento das despesas do governo à inflação do ano anterior.

Furtado lembra que a lei eleitoral proíbe a implementação de novos benefícios no ano de realização das eleições, justamente para se evitar que os candidatos utilizem da máquina pública para obter vantagem nas eleições. Em sua análise, a decretação do "estado de emergência" pretende, unicamente, ser um subterfúgio para se esquivar dessas amarras da lei eleitoral.

"Concordo que a situação da população brasileira seja digna de atenção e que os benefícios buscados pela PEC são importantes para grande parte da população. Mas a questão é, por que esperar às vésperas das eleições para que o governo buscasse aplacar o sofrimento da população que só aumentou durante a atual gestão presidencial?",

questionou o subprocurador.

O MP-TCU pede que TCU examine "a compatibilidade dos atos de gestão que vierem a ser praticados para a realização das despesas previstas na PEC com o teto de gastos e com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)", o que pode resultar em "abuso do poder político e econômico, passíveis de ações de impugnação de mandato eletivo".

Lucas Furtado esclarece que não cabe ao TCU interferir no processo eleitoral e nem declarar a inconstitucionalidade da uma futura emenda constitucional, mas que faz parte de seu controle externo fiscalizar os atos de gestão do presidente da República, pré-candidato à reeleição, bem como dos demais gestores públicos, "atos esses que se configurarão como irregulares e danosos ao erário e em fraude ao processo eleitoral, caso venham a ser adotados sob amparo de norma passível de declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal (STF)".

A representação foi encaminhada à Procuradoria-Geral Eleitoral e aos comitês eleitorais dos pré-candidatos à presidência da República.

Na manhã desta quarta-feira, 13, o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), reabriu a sessão no plenário suspensa, ontem, após instabilidade na internet da Casa durante a votação da PEC.

Isto é Dinheiro

MS Broadcast Participações S.A.

CNPJ/MF nº 24.987.773/0001-71

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					Demonstrações dos Resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo e Patrimônio Líquido	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante					Passivo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	1.176	1.128	3.430	3.155	Fornecedores	–	–	1.188	842
Contas a receber de clientes	–	–	3.703	3.775	Salários e encargos a pagar	–	–	1.497	935
Impostos a recuperar	15	15	3.010	1.595	Impostos a recolher	5	6	247	211
Estoques	–	–	317	–	Imposto de renda e contribuição social a pagar	–	–	2.182	112
Partes relacionadas	–	–	12.303	26.299	Partes relacionadas	174	70	–	–
Outros créditos	3	1	–	298	Dividendos a pagar	–	2.411	–	1.289
Dividendos a receber	10.897	5.770	459	–	Outras contas a pagar	–	–	2.211	1.044
Total do ativo circulante	12.091	6.914	23.222	35.122	Arrendamento mercantil	–	–	64	106
					Total do passivo circulante	179	2.487	7.389	4.539
Ativo não circulante					Passivo não circulante				
Depósitos judiciais	–	–	778	844	Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	–	–	835	494
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	–	14.047	5.838	Arrendamento mercantil	–	–	319	613
Investimentos	52.588	71.879	–	–	Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.760	4.760	–	–
Imobilizado	–	–	4.210	4.390	Total do passivo não circulante	4.760	4.760	1.154	1.107
Intangível	–	–	27.028	32.255	Patrimônio líquido				
Total do ativo não circulante	52.588	71.879	46.063	43.327	Capital social	45.315	45.315	45.315	45.315
					Adiantamento para futuro aumento de capital	2.991	2.991	2.991	2.991
Total do ativo	64.679	78.793	69.285	78.449	Reserva legal	809	507	809	507
					Reserva de lucros	10.625	22.733	10.625	22.733
					Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	59.740	71.546	59.740	71.546
					Participação de não controladores	–	–	1.002	1.257
					Total do patrimônio líquido	59.740	71.546	60.742	72.803
					Total do passivo e patrimônio líquido	64.679	78.793	69.285	78.449

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)							
	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucro (prejuízo) acumulados	Total do patrimônio líquido	Participação de acionistas controladores
Saldos em 31 de dezembro de 2019	45.315	2.991	507	24.791	–	73.604	1.049
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(2.058)	(2.058)	208
Transferência para reserva lucros	–	–	–	(2.058)	2.058	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020	45.315	2.991	507	22.733	–	71.546	1.257
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	6.038	6.038	258
Constituição da reserva legal	–	–	302	–	(302)	–	–
Constituição dividendos	–	–	–	(16.410)	(1.434)	(17.844)	(513)
Transferência para reserva lucros	–	–	–	4.302	(4.302)	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	45.315	2.991	809	10.625	–	59.740	1.002

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
1. Informações gerais – A MS Broadcast Participações S.A. ("MS Broadcast" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Cidade de Santo André, constituída em 03 de junho de 2016 e tem como objeto social: (a) holdings de instituições não financeiras; (b) exercício de funções de gestão e administração de negócios de empresas do Grupo; e (c) participações em outras sociedades, consórcio ou joint ventures. As empresas operacionais atuam no segmento de rádio e TV, sendo uma afiliada da Rede Globo de Televisão. A Companhia possui participações nas empresas Diário da Manhã, TV Chapeco, Empresa Catarinense de Comunicação, TV Criciúma e Rádio Cidade FM, e foram adquiridas em 26 de maio de 2016, em fases, e o controle foi obtido em 02 de dezembro de 2017. Contudo, todas as decisões da administração já estavam centralizadas na atual administração. A licença federal para operacionalização das atividades TV e rádio são garantidas pelo governo e aprovadas pelo congresso federal. Essas licenças são concedidas para cada unidade, com caráter não exclusivo e com vencimento pré-determinado de 15 anos, podendo ser prorrogado por igual período. A concessão irá vencer em 2022. A sede da Companhia está localizada à Rua Rui Barbosa nº 333, sala 41-c, Vila Gilda, em Santo André, São Paulo, CEP 09190-370. A emissão das presentes demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, foi autorizada pela diretoria da Companhia em 26 de abril de 2022.				
Impactos à pandemia da Covid-19: Apesar da paralisação de vários setores produtivos e fragilidade da economia mundial, causadas pela pandemia do Coronavírus (Covid-19), até o momento a Companhia não sofreu impactos significativos em sua operação.				
2. Resumo das principais políticas contábeis – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. 2.1. Base de preparação: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Lei das Sociedades por Ações, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. 2.1.1. Moeda funcional e de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia. 2.2. Consolidação: a) Demonstrações contábeis consolidadas: As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as informações da Companhia e suas controladas, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias diretas e indiretas em 31 de dezembro: (i) Controladas: Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas consolidadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (<i>impairment</i>) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia e suas controladas. (ii) Companhias consolidadas: As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as informações da Companhia e suas controladas, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias diretas:				
	País	% – Controle direto no capital social		
		2021	2020	
Rádio Diário da Manhã	Brasil	100%	100%	
Televisão Chapeco S/A	Brasil	87,65%	87,65%	
RBS Empresa Catarinense de Comunicação	Brasil	100%	100%	
TV Criciúma Ltda.	Brasil	100%	100%	
Rádio Cidade FM de Criciúma Ltda.	Brasil	100%	100%	
b) Demonstrações contábeis individuais: Nas demonstrações contábeis individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. 2.3. Caixa e equivalentes de caixa: Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor. 2.4. Ativos e passivos financeiros: Os ativos e os passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias, nos casos aplicáveis: 1) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; 2) ativos financeiros mantidos até o vencimento; 3) ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados. 1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para este fim, principalmente, no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas contas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras". 2) Ativos financeiros mantidos até o vencimento: Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais. 3) Ativos financeiros disponíveis para venda: Quando aplicável, são incluídos nessa categoria os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotadas em mercados ativos ou não cotadas em				
mercados ativos, mas que possam ter seus valores justos estimados razoavelmente. 2.5. Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor original da venda. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, deduzido da provisão para perda de crédito esperadas, se necessária. A provisão para perda de crédito esperadas é constituída com base nos critérios divulgados na Nota Explicativa nº 2.12. a) 2.6. Imobilizado: O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em despesa no resultado do período, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo será imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. 2.7. Investimento: Os investimentos da controladora em empresas controladas e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais. 2.8. Intangível: São classificadas as licenças de softwares entre outros ativos que são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de 03 a 05 anos. Ágio decorrente de aquisição de controladas: O ágio resultante da aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis nas demonstrações contábeis consolidadas. 2.9. Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Estes valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente. 2.10. Reconhecimento da receita: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de propaganda no curso normal das atividades das controladas da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e suas controladas. a) Receita financeira: A Companhia e suas controladas apresentam receita de caráter financeiro referente à correção monetária de créditos tributários e recebimento de clientes. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. 2.11. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: a) Tributos correntes: As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço do país em que Companhia e suas controladas atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia e suas controladas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. b) Tributos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no encerramento de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no encerramento de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera ser recuperado. Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no encerramento de cada exercício ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma pela qual a Companhia, no encerramento de cada exercício, espera recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. Os tributos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal com o passivo fiscal, quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e quando a Companhia pretende liquidar o valor líquido de seus ativos e passivos fiscais. 2.12. Principais julgamentos e estimativas contábeis: Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2, a administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis				

Demonstrações dos outros Resultados Abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	6.038	(2.058)	6.296	(1.850)
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado abrangente total	6.038	(2.058)	6.296	(1.850)
Resultado abrangente atribuível:				
Lucro (prejuízo) atribuível a acionistas controladores	–	–	6.038	(2.058)
Lucro (prejuízo) atribuível a acionistas não controladores	–	–	258	208

Demonstrações dos Fluxos de Caixas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	6.038	(2.058)	269	(880)
Ajustes:				
Depreciação e amortização	–	–	743	729
Resultado na baixa de imobilizado	–	–	(121)	324
Provisões para riscos trabalhistas e cíveis	–	–	341	(1.114)
Provisão para perda de créditos esperadas	–	–	(11)	(62)
Amortização valor justo	5.227	5.228	5.227	5.228
Equivalência patrimonial	(11.316)	(3.236)	–	–
Juros provisionados	–	–	91	91
Variações				
Contas a receber de clientes	–	–	83	773
Estoques	–	–	(317)	–
Impostos a recuperar	–	–	21	(1.415)
Outros ativos	(2)	–	(161)	77
Partes relacionadas	104	64	13.995	3.833
Depósitos judiciais	–	–	66	(479)
Fornecedores e outras obrigações	(1)	3	990	31
Obrigações sociais, trabalhistas	–	–	562	(189)
Outras contas a pagar	–	–	(1)	1.170
Caixa proveniente das operações	50	21	21.512	6.291
Juros pagos	–	–	(91)	(91)
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	–	(112)	(1.850)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	50	21	21.309	4.350
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Dividendos recebidos	20.253	–	–	–
Aquisição de ativo imobilizado	–	–	(714)	(822)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	20.253	–	(714)	(822)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Dividendos pagos	(20.255)	–	(20.255)	(1.002)
Arrendamento pagos	–	–	(65)	(65)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(20.255)	–	(20.320)	(1.067)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	48	21	275	2.461
Demonstração das variações do caixa e equivalente de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.128	1.107	3.155	694
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.176	1.128	3.430	3.155
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	48	21	275	2.461

dos ativos e passivos, para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período ou períodos posteriores, caso a revisão afete tanto o período presente como períodos futuros. A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

a) Provisão para perda de créditos esperadas: A perda é constituída com base na política interna, que leva em consideração o número de dias vencidos de cada título das contas a receber, a fim de cobrir eventuais perdas na realização de créditos com terceiros. Em alguns casos, também são considerados outros fatores, como por exemplo, a situação financeira do cliente. **b) Provisões para riscos trabalhistas e cíveis:** A Companhia é parte de processos cíveis, como descrito na Nota Explicativa nº 13. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A administração acredita que a provisão para riscos cíveis está corretamente apresentada nas demonstrações contábeis de acordo com o CPC 25 "provisões, passivos contingentes e ativos contingentes", onde uma provisão deve ser constituída quando: **a)** A Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; **b)** Seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; **c)** Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida. **2.13. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** **a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021:** A companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após essa data. A companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.** As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações contábeis quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos: Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado. Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado. continua ...

... continuação

MS Broadcast Participações S.A.

exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco. Essas alterações não impactaram as demonstrações contábeis individuais da Companhia. A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis. **Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021:** As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à

Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 de junho de 2022. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da companhia. **b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes.** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da

companhia, estão descritas a seguir: • Substituição do CPC 11 Contrato de Seguro para o CPC 50 Contrato de Seguro; • Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; • Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis; • Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis. A companhia está avaliando os impactos das alterações emitidas pelo IASB e pretende adotar estas novas normas e interpretações, se aplicáveis, quando forem emitidas pelo CPC e estiverem em vigor, contudo não espera impactos relevantes para as demonstrações contábeis.

Luiz Carlos Borgonovi – Diretor
Rodrigo Miranda Simões – Contador CRC 1SP.250.809/O-7

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da

MS Broadcast Participações S.A. Santo André-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da MS Broadcast Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidada, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da MS Broadcast Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é respon-

sável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia

e de suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e de suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 30 de abril de 2022

Érica Daniela da Silva Martins

CT CRC 1SP-223.766/O-0

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1

Com inflação dos EUA, Ibovespa cai 0,40%, a 97,8 mil, menor nível do ano

Em dia majoritariamente negativo no exterior, com o apetite por risco cerceado pelo avanço da inflação nos Estados Unidos, o Ibovespa parecia a caminho de manter a linha dos 98 mil pontos pela terceira sessão, sem se distanciar da faixa de 98,2 a 98,4 mil em boa parte da tarde, entre leves ganhos e perdas. Ao fim, a referência da B3 cedeu um pouco mais, em baixa de 0,40%, aos 97.881,16 pontos, entre mínima de 97.402,99 e máxima de 98.928,24 pontos, saindo de abertura aos 98.257,94. Agora abaixo dos 98 mil, foi a menor marca de fechamento no ano, e também a mais baixa desde os 97.866,81 do encerramento de 4 de novembro de 2020.

Com o vencimento de opções sobre o Ibovespa, o giro financeiro foi a R\$ 35,8 bilhões na sessão. Na semana, o

índice cede 2,40% e, no mês, perde 0,67% – no ano, o recuo é de 6,62%. Entre o fechamento de segunda e o desta quarta-feira, a variação da referência da B3, agora negativa, corresponde a 331 pontos.

“Os mercados acabaram se firmando no negativo, e o Ibovespa se inclinou também, após ter oscilado entre altas e baixas ao longo do dia. Recessão nos Estados Unidos tem sido o grande tema, e o dado de inflação foi o grande destaque da sessão, com um movimento generalizado de alta nos preços (ao consumidor). Um relatório de inflação de forma geral ruim, que aumenta as apostas de Fed mais agressivo já na reunião de julho”, diz Jennie Li, estrategista de ações da XP.

Na ponta do Ibovespa, destaque para Ambev (+5,66%), Carrefour Brasil (+3,29%) e Natura (+2,93%),

com 3R Petroleum (-5,55%), Qualicorp (-4,40%) e Rede D’Or (-4,31%) no lado oposto. A sessão também foi negativa para os grandes bancos (Bradesco PN -2,28%, mínima do dia no fechamento; Santander -1,55%), e ao fim positivo para Petrobras (ON +0,43%, PN +0,07%), mesmo com o Brent abaixo dos US\$ 100 por barril desde ontem. O dia foi de leve baixa para Vale ON (-0,34%) e de alguma recuperação para a siderurgia, com CSN ON (+0,91%) à frente.

O foco dos mercados globais nesta quarta-feira esteve no índice de inflação ao consumidor nos EUA em junho, com nova leitura acima do esperado – e a maior taxa anual desde novembro de 1981. O resultado reforça a perspectiva de que o Federal Reserve precisará elevar os juros de forma ainda

mais agressiva até o fim do ano para enfrentar a resiliente inflação, apesar dos sinais de desaceleração econômica.

“A inflação ao consumidor nos EUA atingiu 9,1% em junho, no acumulado em 12 meses. O núcleo, que exclui preços de alimentação e energia (considerados itens voláteis), mostrou alta de 0,7% (no mês) e de 5,9% em 12 meses. O dado reforça a postura ‘hawkish’ do Federal Reserve. Coloca ‘lenha na fogueira’ para elevação do ritmo (de aumento) dos juros em setembro, para 100 pontos-base. Aí que mora o risco, se eventualmente os juros nos EUA encerrarão 2022 muito acima dos 4% já precificados”, observa Camila Abdelmalack, economista-chefe da Veedha Investimentos.

“Os dados de inflação nos EUA reforçam a expectativa por uma alta de 0,75 ponto

porcentual agora em julho. O próprio presidente americano tem dito que inflação é o desafio mais urgente deles, o que é também o discurso do Federal Reserve, mesmo que signifique a atividade ir para baixo. O mercado de trabalho americano está extremamente aquecido, há espaço para pesarem a mão contra a inflação, com juros mais altos”, diz Gustavo Cruz, estrategista da RB Investimentos.

“Dados inflacionários piores do que o esperado ancoram as expectativas por taxas de juros ainda mais apertadas. Um aumento de 75 pontos-base na próxima reunião já estava dado pelo Fed. E agora há a possibilidade de que tal aumento se repita também sem setembro”.

Isto é Dinheiro

Moedas: euro toca nível abaixo de US\$ 1, enquanto dólar fica

O euro ficou abaixo de US\$ 1 nesta manhã, pela primeira vez em duas décadas de acordo com a Dow Jones Newswires. O foco dos investidores esteve no resultado do índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) dos Estados Unidos em junho, que atingiu o maior nível em 41 anos. O dólar ganhou impulso com o resultado, mas logo ficou misto ante rivais. Na Argentina, o dólar paralelo alcançou recorde histórico

ao superar a marca de 280 pesos pela primeira vez, de acordo com o noticiário local.

Próximo ao fechamento em Nova York, o euro avançava a US\$ 1,0056, a libra subia a US\$ 1,1893 e o dólar avançava a 137,37. O índice DXY recuou 0,11%, a 107,957 pontos.

O CPI dos EUA registrou salto anual de 9,1% no mês passado, no maior avanço desde 1981. O resultado acima das expectativas de analistas consultados pelo Projeções Broadcast impul-

sionou o índice DXY, que mede o dólar ante seis rivais. Foi neste cenário que o euro ficou abaixo de US\$ 1 brevemente, depois de ter alcançado a paridade com a divisa americana ontem.

Ao longo do dia, porém, o dólar perdeu forças diante de maiores apostas de alta de 100 pontos-base nos juros básicos pelo Federal Reserve (Fed) na reunião deste mês. Analista da Western Union, Joe Manimbo afirma que certo alívio pela moeda americana deu espaço para

que euro, libra e moeda canadense subissem. O enfraquecimento da moeda europeia, por sua vez, é um reflexo da crise energética na Europa e crescente risco de recessão na zona do euro, diz Manimbo.

Ainda entre economias desenvolvidas, o dólar canadense ganhou forças nesta sessão, depois de o Banco Central do Canadá (BoC, na sigla em inglês) ter elevado os juros básicos em 100 pontos-base, a 2,50%, acima do consenso do mercado.

Quanto às emergentes,

Isto é Dinheiro

Publicidade Legal

Cofco International Brasil S.A. CNPJ/MF nº 06.315.338/0001-19											
Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais – R\$)				Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais – R\$, exceto o prejuízo por lote de mil ações)							
Ativo	Controladora		Consolidado		2021	2020	2021	2020			
	2021	2020	2021	2020							
Ativo Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	1.405	1.823	1.996	4.480							
Instrumentos financeiros derivativos	2.616.467	3.743.153	5.016.664	14.999.296							
Contas a receber de clientes	630.541	134.455	1.076.630	799.363							
Valores a receber de partes relacionadas	1.165.858	2.508.385	1.823.412	7.999.346							
Estoques	2.446.295	1.403.771	4.108.156	3.450.877							
Impostos a recuperar	698.692	348.992	772.491	663.386							
Ativos biológicos	557.136	519.617	557.136	519.617							
Outros ativos	26.150	23.121	26.544	24.344							
Total do ativo circulante	8.142.544	8.683.317	13.382.939	28.460.709							
Ativo Não Circulante											
Adiantamentos a fornecedores de estoques	1.945	–	1.945	–							
Instrumentos financeiros derivativos	19.932	13.185	119.146	115.582							
Impostos a recuperar – não circulante	243.013	96.620	288.337	231.818							
Contas a receber	20.982	32.862	20.982	32.862							
Valores a receber de partes relacionadas	788	420.481	–	64.575							
Imposto de renda e contribuição social diferidos	283.666	474.192	283.666	474.192							
Depósitos judiciais	84.153	70.439	84.219	71.711							
Propriedades para investimentos	29.315	26.131	29.315	26.131							
Investimentos em controladas	2.015.698	3.452.745	6.445	6.002							
Imobilizado	8.884.471	7.471.548	8.984.253	8.523.746							
Intangível	664.917	622.642	668.654	625.960							
Ativos de direito de uso	3.012.640	2.021.866	3.013.278	2.022.656							
Total do ativo não circulante	15.261.520	14.702.711	13.500.240	12.195.235							
Total do Ativo	23.404.064	23.386.028	26.883.179	40.655.944							
Passivo e Patrimônio Líquido Negativo Circulante											
Empréstimos e financiamentos	1.319.234	785.858	1.380.653	820.062							
Fornecedores	1.405.741	358.724	1.817.753	914.666							
Impostos e contribuições a recolher	43.133	17.894	69.412	34.817							
Salários e encargos a pagar	91.553	76.754	95.655	84.204							
Instrumentos financeiros derivativos	2.188.596	1.083.843	3.806.384	9.666.514							
Valores a pagar para partes relacionadas	7.798.121	16.181.596	3.665.050	23.839.060							
Adiantamentos de clientes	69.386	50.444	70.429	53.361							
Passivo de arrendamento	623.164	362.351	623.317	362.526							
Outros passivos circulantes	129.250	68.416	173.950	100.023							
Total do passivo circulante	13.668.178	18.985.880	11.702.603	35.875.233							
Passivo e Patrimônio Líquido Negativo Não Circulante											
Empréstimos e financiamentos	–	27.580	–	30.271							
Instrumentos financeiros derivativos	32.629	9.158	47.762	117.582							
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	–	522.447	780.647							
Valores a pagar para partes relacionadas	8.190.656	5.481.240	17.413.343	6.111.343							
Passivo de arrendamento	1.898.230	1.194.977	1.898.736	1.195.635							
Passivo a descoberto	4.316.440	1.143.899	–	–							
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	182.950	179.402	183.307	181.341							
Total do passivo não circulante	14.620.905	8.036.256	20.065.595	8.416.819							
Patrimônio Líquido Negativo											
Capital social	2.003.947	2.003.947	2.003.947	2.003.947							
Reserva de incentivo fiscal	1.074.153	203.998	1.074.153	203.998							
Outros resultados abrangentes	198.875	173.146	198.875	173.146							
Ajustes acumulados de conversão	(1.190.019)	(732.566)	(1.190.019)	(732.566)							
Prejuízos acumulados	(6.971.975)	(5.284.633)	(6.971.975)	(5.284.633)							
Total do patrimônio líquido negativo	(4.885.019)	(3.636.108)	(4.885.019)	(3.636.108)							
Total do Passivo e Patrimônio Líquido Negativo	23.404.064	23.386.028	26.883.179	40.655.944							
Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais – R\$)											
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Controladora		Consolidado		2021	2020	2021	2020			
	2021	2020	2021	2020							
Prejuízo do exercício	(817.187)	(329.582)	(817.187)	(329.582)							
Ajustes para conciliar o prejuízo do período ao caixa gerado pelas atividades operacionais:											
Depreciação e amortização de imobilizado e intangível	922.612	868.331	937.063	915.315							
Depreciação e amortização dos ativos de direito de uso	632.650	587.689	632.853	587.862							
Alienação de imobilizado, intangível e propriedade para investimento	52.477	39.698	52.585	45.917							
Alienação de propriedade para investimento	–	512	–	512							
Perda por redução ao valor recuperável ("impairment") de propriedades para investimento	1.791	25.669	1.791	25.669							
Perda por redução ao valor recuperável ("impairment") de imobilizado e intangível	–	62.419	–	62.419							
Ativos biológicos colhidos	378.324	330.730	378.324	330.730							
Resultado de equivalência patrimonial	1.478.579	1.482.434	–	–							
Variação do valor justo dos ativos biológicos	(9.386)	(168.280)	(9.386)	(168.280)							
Variação do valor justo dos estoques de "commodities"	(106.567)	(109.830)	(934.789)	(657.598)							
Reversão da provisão para perdas nos estoques (Reversão da) provisão para perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	(3.596)	9.657	15.863	15.632							
Juros e variações cambiais e monetárias, líquidos	(295.229)	(57.694)	(80.474)	192.829							
Juros sobre passivo de arrendamento	113.023	79.981	113.062	79.907							
Valorização a mercado dos derivativos de hedge accounting	25.729	109.546	25.729	109.546							
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(7.553)	–	(80.746)	601.736							
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	36.746	140.007	36.837	140.007							
Total	2.368.235	3.054.198	237.618	1.948.414							
Variáveis nas contas de ativo:											
Contas a receber	297.402	71.277	(213.004)	245.511							
Estoques	(191.556)	307.993	577.797	376.289							
Impostos a recuperar	83.508	167.183	(11.831)	193.364							
Valores a receber de partes relacionadas	2.829.392	(99.127)	6.593.594	(2.276.856)							
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Negativo para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais – R\$)											
Saldos em 31 de dezembro de 2019	Capital social		Reserva de incentivo fiscal		Ajustes acumulados de conversão		Resultados não realizados de derivativos ("hedge accounting")		Prejuízos acumulados		Total
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	
Aumento de capital	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	303
Valorização a mercado dos derivativos ("hedge accounting"), líquido de impostos	–	–	–	–	–	–	109.546	–	–	–	109.546
Ajustes acumulados de conversão	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(782.899)
Reserva de incentivo fiscal	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(329.582)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.003.947	203.998	(732.566)	–	173.146	(5.284.633)	–	–	–	–	(3.636.108)
Valorização a mercado dos derivativos ("hedge accounting"), líquido de impostos	–	–	–	–	–	–	25.729	–	–	–	25.729
Ajustes acumulados de conversão	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(457.453)
Reserva de incentivo fiscal	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(487.893)
Reserva de incentivo fiscal advinda de incorporação	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(382.262)
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(817.187)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.003.947	1.074.153	(1.190.019)	–	198.875	(6.971.975)	–	–	–	–	(4.885.019)

A Diretoria

Karina Casimiro Alves – CRC nº SP 272.559/O-9

Petróleo fecha em alta, após sessão volátil com foco em CPI, AIE e estoques

O petróleo fechou em alta modesta nesta quarta-feira, 13. A commodity registrou volatilidade e operou em baixa durante boa parte da sessão, à medida que investidores digeriram dados de inflação e estoques semanais nos EUA, bem como o corte nas projeções para a demanda global da Agência Internacional de Energia (AIE), que mais cedo divulgou relatório mensal.

Na New York Mercantile Exchange (Nymex), o barril do petróleo WTI com entrega marcada para agosto subiu 0,48% (US\$ 0,46), a US\$ 96,30, enquanto o do Brent para o mês seguinte avançou 0,08% (US\$ 0,08) na Intercontinental Exchange (ICE), a US\$ 99,57.

Segundo a Oanda, o petróleo operou em "leve recuperação do colapso de ontem", quando os contratos mais líquidos terminaram o dia em baixa de 7% a quase 8% em Nova York e Londres.

A alta acima do esperado do índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) dos EUA em junho reforça a chance de alta agressiva do juro pelo Federal Reserve (Fed), o que ajuda a deteriorar a perspectiva econômica da principal potência do mundo, cenário negativo para a commodity energética, ressalta a casa. Ainda assim, o mercado de petróleo segue muito apertado e o barril do WTI deve voltar à casa dos US\$ 100 em breve, prevê.

No noticiário do setor, a AIE revisou para baixo a suas projeções para a demanda global por petróleo em 2022, a 99,18 milhões de barris por dia (bpd), e 2023, a 101,32 milhões de bpd.

Isto é Dinheiro

Data Mercantil
A melhor opção para sua empresa
Faça um orçamento conosco:
comercial@datamercantil.com.br

Wattana Empreendimentos e Participações S/A

CNPJ/MF nº 30.948.437/0001-12

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em obediência às determinações legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, bem como as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Colocamos à disposição dos Srs. Acionistas para quaisquer esclarecimentos complementares. São Paulo, 22 de junho de 2022. A Administração

Balanços Patrimoniais dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores Expressos em Reais – R\$)				Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores Expressos em Reais – R\$)			
Ativo		Passivo		(-) Despesas (Receitas) Operacionais		Resultado Financeiro Líquido	
31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	5.835.873	5.851.923	69	66	15.241.755	9.315.558	
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.521	18.586	Obrigações Tributárias	69	66	Despesas Administrativas e Gerais	(50.021)
Outros Créditos	5.833.353	5.833.337	Não Circulante	-	-	Despesas Tributárias e Fiscais	(677)
Não Circulante	68.776.936	66.293.129	Patrimônio Líquido	74.612.741	72.144.986	Resultado Financeiro Líquido	(1.338)
Investimentos	68.776.936	66.293.129	Capital Social	3.891.492	3.891.492	Resultado da Equivalência Patrimonial	15.293.791
Total do Ativo	74.612.810	72.145.052	Reservas de Lucros	70.721.249	68.253.494	Lucro do Exercício	15.241.755
			Total do Passivo	74.612.810	72.145.052		

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto) dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Valores Expressos em Reais – R\$)

Atividades Operacionais		Recebimentos de Dividendos		Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020	
31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	(Valores Expressos em Reais – R\$)	
31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	Capital Social	Reservas de Lucros
Resultado do Exercício	15.241.755	9.315.558	12.809.983	4.282.216	Patrimônio Líquido em 31.12.2019
Ajustes:			Caixa Líquido – Ativ. Financeamentos	35.983	51.319
Resultado de Equivalência Patrimonial	(15.293.791)	(9.351.511)	Atividades de Investimentos	-	-
Recursos Gerados pelas Atividades	(52.036)	(35.953)	Investimentos em Controladas/Coligadas	-	-
Variações de Ativos e Passivos			Caixa Líquido – Atividades Investimentos	(16.065)	14.432
Outros Créditos	(16)	-	Disponibilidades		
Fornecedores	-	(939)	No início do exercício	18.586	4.155
Obrigações Tributárias	3	4	No fim do exercício	2.521	18.586
Caixa Líquido – Atividades Operacionais	(13)	(935)	Variação das Disponibilidades de Caixa no período	(16.065)	14.432
Atividades de Financiamentos					
Distribuição de Lucro	(12.774.000)	(4.230.897)			

Alexandre do Rosário Nobre – Presidente
Carolina Gabriel da Luz – Contador CRC 1SP 266.044/O-3

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores da **Wattana Empreendimentos e Participações S/A** – São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da **Wattana Empreendimentos e Participações S/A** que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Wattana Empreendimentos e Participações S/A** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Conforme mencionado na nota 3 – e, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas diferem das IFRS aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação do investimento em controladas pelo método da equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS, esses investimentos seriam avaliados pelo custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião separada sobre esses assuntos. Em nossa auditoria não houveram mudanças significativas nas práticas contábeis para o exercício de 2021. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pela demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, ou emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamos os com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objetos de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que em lei ou regulamento, tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas a tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 22 de junho de 2022. **Senso Auditores Independentes CRC nº 2SP 005.977/O-9** **Guilherme Rocha Castro Soares CRC nº 1SP 290.834/O-4**

DÓLAR

compra/venda

Câmbio livre BC - R\$

5,3987 / R\$ 5,3992 **

Câmbio livre mercado -

R\$ 5,4020 / R\$ 5,4040 *

Turismo - R\$ 5,5300 / R\$

5,6190

(*) cotação média do mercado

(**) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado

no dia: -0,64%

OURO BM&F

R\$ 296,500

BOLSAS

B3 (Ibovespa)

Variação: -0,40%

Pontos: 97.881

Volume financeiro: R\$

35,794 bilhões

Maiores altas: Ambev ON

(5,66%), Carrefour Brasil

ON (3,29%), Natura ON

(2,93%)

Maiores baixas: 3R

Petroleum ON (-5,55%),

Qualicorp ON (-4,40%),

Rede D'Or ON (-4,31%)

S&P 500 (Nova York):

-0,45%

Dow Jones (Nova York):

-0,67%

Nasdaq (Nova York):

-0,15%

CAC 40 (Paris): -0,73%

Dax 30 (Frankfurt):

-1,16%

Financial 100 (Londres):

-0,74%

Nikkei 225 (Tóquio):

0,54%

Hang Seng (Hong Kong):

-0,22%

Shanghai Composite

(Xangai): 0,09%

CSI 300 (Xangai e Shen-

zhen): 0,18%

Merval (Buenos Aires):

-0,91%

IPC (México): -0,4%

ÍNDICES DE

INFLAÇÃO

IPCA/IBGE

Junho 2021: 0,53%

Juros: CPI nos EUA traz volatilidade, taxas percorrem sessão sem firmar tendência

Após percorrer o dia sem firmar tendência, alternado altas e baixas moderadas, os juros futuros fecharam a sessão regular com leve avanço no trecho curto e estável nos longos, tendo, mais uma vez o exterior como parâmetro central. A inflação ao consumidor nos Estados Unidos acima do esperado elevou as apostas num aperto monetário agressivo pelo Federal Reserve, reforçando os temores de recessão.

O dólar se enfraqueceu ante a maioria das moedas, voltando, no Brasil, a R\$ 5,40. As vendas do varejo restrito ficaram abaixo do esperado, mas sem grande efeito nos negócios, enquanto, em Brasília, a tramitação da PEC dos Benefícios, cujo texto-base foi aprovado ontem em

primeiro turno pela Câmara, avançou nesta quarta-feira.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2023 fechou em 13,875%, de 13,851% ontem no ajuste, e a do DI para janeiro de 2024 passou de 13,702% para 13,77%. O DI para janeiro de 2025 ficou em 13,075%, de 13,04% ontem no ajuste. O DI para janeiro de 2027 fechou em 12,92%, de 12,91% ontem no ajuste.

Os mercados como um todo giraram em torno da surpresa com o índice de inflação ao consumidor (CPI, em inglês) norte-americano em junho, que subiu 1,3% ante maio, acima da mediana estimada de 1,1%. Na comparação anual, saltou 9,1%, maior taxa desde novembro de 1981, ante consenso de 8,8%. O núcleo avançou

0,7% (consenso de 0,5%).

Pelo acompanhamento do CME Group, o quadro de apostas mostrava 75% de chance de um aumento de 100 pontos na reunião de julho. Esta foi a opção do Banco Central do Canadá, que hoje decidiu elevar a taxa de juros de 1,5% a 2,5% ao ano.

Para o banco ING, o Fed terá o ônus de ter de frear a demanda por meio de taxas de juros mais altas. “Mas ao atrasar sua resposta e agora ter que mover a política mais rápido e mais fundo em território restritivo, há claramente o medo de uma recessão. O Fed aceitou que o crescimento mais fraco é o preço a se pagar para controlar a inflação”, avaliam os profissionais.

De todo modo, a curva local se mantém bastante elevada, em boa medida pelo ce-

nário para as contas públicas. “Por mais que o exterior possa ser desinflacionário, fica a espada fiscal sobre a nossa cabeça. É difícil ver uma melhora mais consistente da curva”, comentou a economista-chefe da MAG Investimentos, Patricia Pereira.

Segundo Pereira, o risco fiscal advindo da PEC dos Benefícios já foi absorvido pelo mercado, que hoje ficou aguardando o fim da tramitação na Câmara. No fim da tarde, estava em andamento a votação em segundo turno. A proposta, que contempla aumento do Auxílio Brasil para R\$ 600, zeragem da fila do programa, vale-caminho, vale gás, entre outras benesses, terá impacto fiscal de R\$ 41,25 bilhões que extrapolam o teto de gastos.

Isto é Dinheiro

Negócios

Mercedes-Benz vê demanda para 3 mil ônibus elétricos no Brasil, inicia produção em novembro



A Mercedes-Benz estimou uma demanda de ônibus elétricos no Brasil da ordem de 3 mil veículos até 2024, a maior parte rodando em transporte urbano na cidade de São Paulo, cuja prefeitura pretende ter 2.600 veículos eletrificados em operação até lá.

Para 2022, a expectativa da marca é de um mercado nacional com demanda para mais de 1.000 ônibus elétricos.

A companhia deve começar a montar seu primeiro ônibus elétrico no Brasil no final deste ano, entre novembro e dezembro, afirmou o diretor de vendas do segmento Walter Barbosa, a jornalistas. Com isso, a empresa vai começar a competir no segmento com rivais asiáticos que já atuam no país como a BYD e importadores.

O veículo da Mercedes-Benz é chamado de EO500U e chegará ao mercado nacional em 2023, com autonomia para 250 quilômetros e capacidade para 84 passageiros. O investimento no projeto somou 100 milhões de reais. A autonomia poderá ser ampliada para cerca de 300 quilômetros, se dois packs de bateria adicionais forem acrescentados aos quatro que já virão com o veículo.

Segundo o executivo, o ônibus elétrico poderá ter baterias recarregadas em 2,5 e 3 horas e será equipado com dois motores no total de 340 cavalos de força. Ele não informou o valor do veículo, mas afirmou que um ônibus elétrico custa de três a 3,5 vezes mais que sua versão movida a diesel.

Para o mercado total de ônibus do Brasil neste ano, Barbosa estimou licenciamen-

tos de entre 17 mil e 21 mil unidades, a depender da capacidade das fábricas conseguirem contornar os problemas com escassez de autopeças que atinge o setor automotivo há meses.

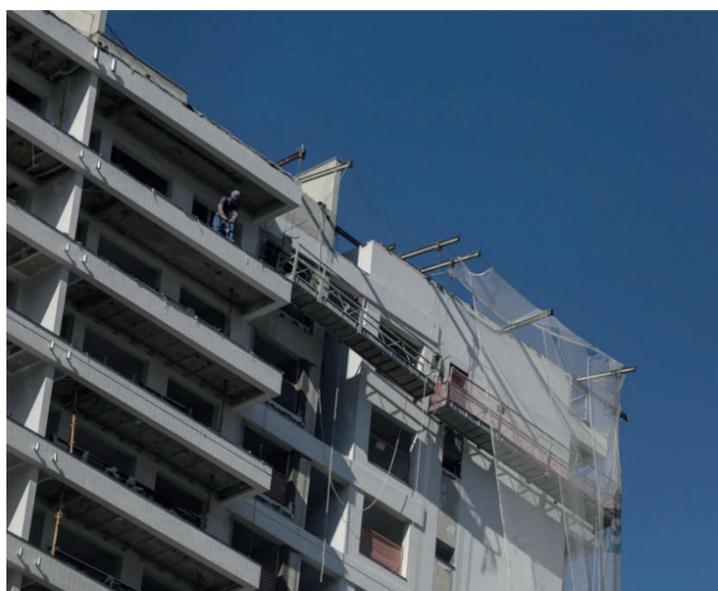
De janeiro ao fim de junho, as vendas de ônibus no Brasil somaram 7,3 mil unidades, queda de 3% sobre um ano antes, segundo dados da associação de montadoras, Anfavea. Os elétricos somaram 425 unidades.

Em 2021, as vendas totais de ônibus no Brasil foram de 14 mil unidades, praticamente estável sobre 2020.

“Ano passado foi sofrido, com poucos clientes podendo e querendo comprar. Este ano está completamente diferente, os clientes estão querendo comprar”, disse Barbosa.

Reuters

Credit vê ganho médio de 6,3 p.p. em margem de construtoras com mudanças no Casa Verde e Amarela



As construtoras MRV, Direcional e Tenda podem ganhar, em média, 6,3 pontos percentuais de margem bruta com as mudanças já anunciadas e em estudo nas regras do programa federal de habitação Casa Verde e Amarela (CVA), disseram analistas do Credit Suisse.

A equipe do Credit estima que as medidas podem permitir elevação nos preços em 7% cada para MRV e Direcional, e em 13% para Tenda, o que poderia se traduzir em margem bruta de 29%, 39% e 25%.

Para comparação, a MRV fechou o primeiro trimestre com margem bruta de 19,8%, a Direcional com 35,7% (ajustada de 36%) e a Tenda com 19% (ajustada de

TIM e Vivo vão vender antenas herdadas da Oi

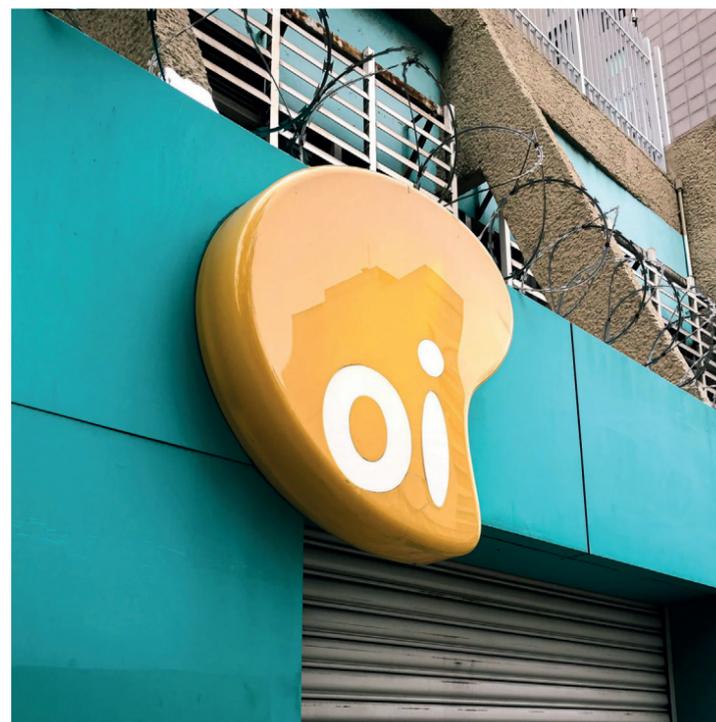
A TIM e a Telefônica (dona da Vivo) lançaram ofertas públicas para venda de metade das antenas que foram recebidas no processo de aquisição das redes móveis da Oi. A Telefônica colocou à venda 1.346 antenas por R\$ 50,5 milhões. No caso da TIM, são 3.610 unidades, por R\$ 368,8 milhões.

As informações constam em documentos enviados pelas companhias ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). A compilação dos dados foi feita pelo Estadão/Broadcast.

Para evitar a concentração dos ativos nas mãos de

apenas três operadoras após a Oi sair do ramo de telefonia móvel, o Cade determinou que TIM e Vivo deveriam se desfazer de metade das estações rádio-base (ERBs) em seis meses. Para a Claro, que concentrará menos equipamentos, serão 40% em 12 meses. Até o momento, a Claro não comunicou o Cade sobre o início de sua oferta.

As ERBs são equipamentos com antenas em postes, viadutos, prédios e torres para ativar o sinal de telefonia e internet. Juntas, Oi, TIM, Vivo e Claro tinham quase 100% do total desses aparelhos. Só a Oi era dona de 14,6 mil ERBs. Isto é Dinheiro



Reuters

21,6%).

“Os reajustes do CVA são positivamente disruptivos para um setor que viu empresas fugindo da alta da inflação. As construtoras de baixa renda provavelmente poderão agora aumentar os preços e fortalecer suas margens sem comprometer a velocidade de vendas”, escreveram Pedro Hajnal e Vanessa Quiroga.

O Conselho Curador do FGTS aprovou na semana passada elevação de limites de renda familiar mensal bruta para algumas faixas do programa, em tentativa de destravá-lo diante da alta de custos e queda da renda dos consumidores. Em maio, o governo já havia anunciado um acréscimo de 12,5% a 21,4% no subsídio às famílias no CVA.

Apenas essas duas alterações podem adicionar 3,4 pontos, em média, às margens das construtoras, segundo a equipe do Credit. Os analistas calculam que os ajustes permitem um aumento de preço por MRV, Direcional e Tenda em 3%, 3% e 8%, respectivamente, o que pode levar a elevações de margem em 2,1, 1,8 e 6,3 pontos.

Entre as medidas em estudo, o aumento do prazo de financiamento do FGTS de 30 para 35 anos, a ser analisado pelo Senado, pode adicionar mais 1,3 ponto percentual, em média, nas margens, segundo os analistas, ainda que acreditem ser mais provável uma prorrogação a 32 anos.

Reuters